

UFRRJ

**INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA**

DISSERTAÇÃO

**O HISTÓRICO DE LUTAS DOS PROFISSIONAIS
READMITIDOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO
RIO DE JANEIRO.**

RITA DE CÁSSIA MEDEIROS SÉRGIO DE AZEVEDO

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA**

**O HISTÓRICO DE LUTAS DOS PROFISSIONAIS
READMITIDOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE
JANEIRO.**

RITA DE CÁSSIA MEDEIROS SÉRGIO DE AZEVEDO

Sob a orientação do Professor
Dr. Wanderley da Silva.

Dissertação submetida à Banca de Avaliação de defesa do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro como requisito à obtenção do título de **Mestre em Ciências.**

SEROPÉDICA

2016

320.6098153

A994h

T

Azevedo, Rita de Cássia Medeiros Sérgio de,
1970-

O histórico de lutas dos profissionais readmitidos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / Rita de Cássia Medeiros Sérgio de Azevedo - 2016.

89 f.: il.

Orientador: Wanderley da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 82-85.

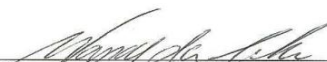
1. Política pública - Aspectos sociais - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Teses. 2. Memória coletiva - Teses. 3. Identidade social - Teses. 4. Educação - Teses. 5. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Servidores públicos - Atividades políticas - Teses. 6. Brasil - Presidente (1990-1992: Fernando Collor) - Teses. 7. Brasil - Política e governo - 1990-1992 - Teses. I. Silva, Wanderley da, 1965-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

RITA DE CASSIA MEDEIROS SÉRGIO DE AZEVEDO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

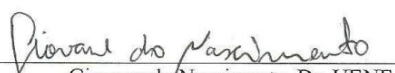
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 02/05/2016.



Wanderley da Silva, Dr. UFRRJ



Liliâne Barreira Sanchez, Dra. UFRRJ



Giovane do Nascimento, Dr. UENF

Dedico este meu título de Mestre, especialmente, aos meus pais, João e Isabel, pela compreensão por minhas ausências e pelo amor incondicional que eles têm por mim. À minha filha Isadora Cristina pela paciência e cuidado comigo e ao meu marido Geraldo Azevedo, que, nos momentos de dedicação aos estudos, soube como ninguém, ser meu alicerce.

AGRADECIMENTOS

A Deus, dedico o meu agradecimento maior pela vida;

Ao meu orientador Prof. Dr. Wanderley da Silva que, no construir deste estudo acadêmico, soube ser referência para a formação do meu agir ético através de sua postura, diálogo e carinho;

À companheira Regina Lúcia Tavares que não deixou de acreditar em mim e principalmente apoiou-me nos momentos em que mais precisei;

À amiga Valéria da Silva Sendreti pelos diálogos reconfortantes e companheirismo;

Aos Professores Dr. Marco Antonio de Moraes e Dr. Denis Giovani Monteiro Naiff, que desde o início desta caminhada, estiveram ao meu lado, com palavras amigas e de incentivo;

Ao amigo e companheiro Marco Aurélio pela prontidão em colaborar com a pesquisa;

Aos docentes do Mestrado – PPGEA, pela formação acadêmica que me foi transmitida;

Aos funcionários da Secretaria do Mestrado - PPGEA, pela atenção e atendimento solícito.

*“Educação não transforma o mundo.
Educação muda pessoas.
Pessoas transformam o mundo.”*

Paulo Freire

RESUMO

AZEVEDO, Rita de Cássia Medeiros Sérgio de. **O Histórico de Lutas dos Profissionais Readmitidos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. 2016. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Instituto de Agronomia. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

Esta pesquisa objetivou conhecer a representação do que se convencionou chamar de “anistiados” – um grupo de funcionários públicos demitidos no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello e readmitidos após um período de quase 20 anos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Através de suas narrativas foi possível analisar o processo de demissões arbitrárias ocorridas naquele governo, conhecer o histórico de lutas desses profissionais na busca do retorno ao serviço, fazer uma análise crítica de alguns momentos da conjuntura histórica no final do século XX e início do século XXI em relação às políticas públicas neoliberais e seus impactos. Através de suas memórias compreenderam-se os sentidos atribuídos à situação do grupo, bem como o processo de construção de suas identidades individuais ou coletivas e finalizando com importância do processo de formação humana no ambiente universitário.

Para isto recorreu-se, como fundamento da pesquisa, ao pensamento fenomenológico de Jacques Le Goff (1990), autor francês que faz uma reflexão sobre História e Memória. Pierre Nora (1993), este faz entender que a memória é um tema relevante pela sua falta. Castoriadis (1982), diz que toda sociedade é criação inserida em dado momento histórico, portanto criação da sociedade como tal implica na criação de um mundo de significações e para concluir a fundamentação, destacamos a obra de Paulo Freire que pensa na dimensão da construção coletiva do conhecimento, na formação humana e, sobretudo na importância de uma construção coletiva, que envolve não só os sujeitos, como também, as instituições.

A pesquisa de natureza qualitativa realizou uma análise crítica baseada na perspectiva de Minayo (1993) e para isto foi realizada uma coleta de dados dos sujeitos através de entrevistas individuais, questionários fechados e gravações de áudio. Com a análise do material coletado foi possível conhecer a injustiça cometida por uma forma de governo “Neoliberal” e através da análise dos discursos, levantaram-se categorias que permitiram descrever todo o desfecho dessa história acontecida em nosso país.

Palavras-chave: Educação; Formação Humana; Políticas Públicas

ABSTRACT

AZEVEDO, Rita de Cassia Medeiros Sergio de. **The readmitted of Professional Wrestling History in the Rural Federal University of Rio de Janeiro**. 2016. 89 f. Dissertation (Master of Science). Institute of Agronomy. Graduate Program in Agricultural Education, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

This research aimed at knowing the representation of the ones conventionally called "amnestied" – a group of public agents dismissed at the mandate time of the former President Fernando Collor de Mello, and readmitted after a period of almost 20 years at the Rural Federal University of Rio de Janeiro. Through their narratives, it was possible to analyse the process of arbitrary dismissals occurred under that government management, to know the history of struggles of those professionals to return to work, to make a critical analysis of some moments of the historical context in the late twentieth century and early twenty-first in relation to neoliberal public policies and their impacts. Through their memories, understand the meanings that were built concerning the group's situation and the process of building their individual and collective identities, and ending up with the importance of the human formation process at the university environment.

For this purpose, we used, as research basis, the phenomenological thought of Jacques Le Goff (1990), a French author who reflects on history and memory; Pierre Nora (1993), who understands that memory is important for its lack; Castoriadis (1982), who says that every society is a creation inserted in a given historical moment, therefore the establishment of the society as such implies the creation of a world of meanings; and to complete the theoretical basis, we highlight the work of Paulo Freire, who thinks the dimension of collective knowledge construction for human development, and especially, the importance of a collective construction, which involves not only the individuals, but also the institutions. The qualitative research conducted to a critical analysis based on the perspective of Minayo (1993), and, thereunto, we proceeded into a data collection with the subjects by means of individual interviews, closed questionnaires, and audio recordings. With the analysis of the collected material, it was possible to get to know the injustice done by a "neoliberal" form of government, and through discourse analysis procedures, we rose categories that allowed to describe the outcomes of this late happening in our country.

Key words: Education; Human formation; Public policies

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: anistiados socorrendo os companheiros feridos em acidente/93.....	62
Figura 2: os anistiados acampados aguardando negociação com o Ministério	63
Figura 3: demitidos em protesto lavando a bandeira brasileira na rampa do Planalto.	64
Figura 4: impedidos por seguranças de irem ao banheiro.	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADIN- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
CBTU – COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
CEFET-CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CEI- COMISSÃO ESPECIAL INTERMINISTERIAL
CF- CONSTITUIÇÃO FEDERAL
CLT- CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
CNEPA- CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS AGRONÔMICAS
CODEP- COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL
CORREIOS – COMPANHIA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
CUT- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
DATAPREV-EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
EC- EMENDA CONSTITUCIONAL
ELETROBRÁS-CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
EMBRAPA- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
FHC – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
MC- MEDIDA CAUTELAR
MEC- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
MPOG- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
MST- MOVIMENTO DOS SEM-TERRAS
PT- PARTIDO DOS TRABALHADORES
REUNI- REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
RFFSA- REDE FERROVIÁRIA FEDERAL SOCIEDADE ANÔNIMA
RGPS- REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
RPPS- REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
RJU- REGIME JURÍDICO ÚNICO
SINDSEP- SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS
STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
UFRRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
MATERIAL E MÉTODOS.....	19
LOCUS DA PESQUISA	21
1 IMPACTOS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL: O CASO DA UFRRJ.....	25
1.1 A globalização e as políticas neoliberais nos anos 90 no Brasil....	25
1.1.1 <i>A Globalização e o Neoliberalismo</i>	26
1.1.2 <i>Neoliberalismo, Reforma do Estado e Políticas Sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil.</i>	30
1.1.3 <i>O processo de demissões ilegais no governo Collor de Mello</i>	33
2 NARRATIVAS, MEMÓRIAS E IDENTIDADES DOS ANISTIADOS DA UFRRJ.....	40
2.1 Narrativas	40
2.2 Memória	45
2.3 As memórias coletivas e a construção das identidades.....	46
2.4 As narrativas e a construção das novas identidades profissionais .	50
3 RELATOS DOS SERVIDORES DEMITIDOS DO GOVERNO COLLOR DE MELLO	55
3.1 Percepções sobre o processo de demissão	55
3.2 Processo de lutas para reparação da demissão.....	60
3.3 Volta ao serviço e percepção da situação atual.....	68
3.4 Sentimento de pertencimento e relação/posição coma Instituição	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	82
ANEXOS.....	86

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como principal interesse trazer ao conhecimento do público os desdobramentos de uma política econômica de governo dos anos 90, chamada de Neoliberalismo, com especial destaque para o governo de Fernando Collor de Mello cuja campanha eleitoral e programa estavam centrados em um ideário que defendia políticas de ampla liberalização econômica, resultando em inúmeras privatizações, austeridade fiscal, desregulamentação, diminuição do papel do Estado na economia, através do enxugamento da máquina administrativa, que culminou em um momento histórico nunca visto na nossa sociedade. Um dos resultados derivados dessa política de governo foi a demissão irregular de aproximadamente 150 mil Funcionários Públicos Federais de diversas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, tais como: (Companhia Brasileira de Trens Urbanos, Companhia Docas, Correios, Dataprev, Eletrobrás, Embrapa, Ministério dos Transportes, Rede Ferroviária Federal entre outras).

Atualmente existe um grupo de duzentos e oitenta e três pessoas – oriundo daquelas instituições federais nos quadros da UFRRJ. Ao entrar em contato com esse contingente, em função da minha prática profissional, como servidora da UFRRJ, pude perceber que muitos estavam desviados de suas funções, alguns insatisfeitos com o local de trabalho. A aproximação com a realidade desses servidores trouxe o interesse em pesquisar suas histórias de vida e tornar público esse fato que poucos brasileiros conhecem.

Cumprindo os objetivos desse estudo, buscou-se compreender, a partir das narrativas dos sujeitos da pesquisa, a representação deles da Universidade, local em que foram inseridos ao retornarem para o serviço público, após um período de aproximadamente vinte anos. Analisamos também, alguns momentos da conjuntura histórica daquele período em relação às políticas públicas neoliberais e seus impactos; foi analisado o processo de demissões estabelecido no governo Collor de Mello e procuramos recuperar a memória do histórico de lutas dos profissionais readmitidos, para melhor elucidar o processo de construção de suas identidades coletivas e ainda a importância do processo de formação humana no ambiente universitário.

Estes trabalhadores são chamados de maneira geral na UFRRJ de “anistiados”- denominação adquirida através de Lei 8878/94 que anistiava todos os empregados demitidos a pretexto da chamada Reforma Administrativa, sancionada no governo de Itamar Franco, quando este reconheceu a irregularidade e desnecessidade da política de demissões imposta

por aquele presidente. Esse direito foi postergado na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que era favorável à continuação da política neoliberal e expirou antes que pudesse ter sido completado com a volta dos funcionários ao serviço.

A inserção na temática “o histórico de lutas dos profissionais readmitidos na UFRRJ” emergiu a partir da vivência e experiência profissional, como servidora e pesquisadora da Universidade, no trato com a gestão desses funcionários. Ao realizar o diagnóstico situacional do retorno desse grupo pôde-se perceber o impacto negativo nas vidas dessas pessoas, o alto índice de insatisfação com a situação do retorno e o agravo causado por aquela política de governo.

A partir de um estudo de natureza dialética, que se conceitua como a arte do diálogo, a arte de debater, de persuadir ou raciocinar, usaremos esse método como um debate visando separar fatos, dividir ideias para poder discuti-las. É uma forma de discurso entre duas ou mais pessoas que possuem diferentes pontos de vista sobre um mesmo assunto, mas que pretendem estabelecer a verdade através de argumentos fundamentados e não simplesmente vencer um debate ou persuadir o opositor.

A abordagem qualitativa compreendeu-se como se deu esse processo de demissões, como conviveram com a situação durante a ausência do serviço público e o que sentiram ao retornar aos quadros funcionais do serviço público. Os dados coletados nessa pesquisa foram feitos através de entrevistas individuais seguindo o modelo proposto por Lakatos e Marconi (2003), questionários fechados e gravações de áudio tendo a preocupação em lidar com a Metodologia da História Oral com os integrantes do grupo, em que foram abordadas a partir da visão de Meihy e Holanda (2010).

No capítulo I, foram abordados os impactos das políticas neoliberais no serviço público federal: o caso da UFRRJ, alguns questionamentos foram levantados para uma melhor compreensão da Reforma do Estado e Políticas Sociais na última década do século XX, como se deu a implantação do projeto neoliberal, nos anos 90, no Brasil, pela visão de Carinhato (2008), o procedimento da globalização tomando como base referencial o autor Milton Santos (2000) e ainda o processo de demissões ilegais no governo Collor de Mello.

No capítulo seguinte, foram conceituados os estudos acerca das narrativas baseados na noção de memória defendida pela autora Cecília Galvão (2005), memória na visão de Jacques Le Goff (1990) e Pierre Nora (1993), memórias coletivas e construção das identidades segundo indagações de Michel Pollak (1989), narrativas e construções de novas identidades profissionais também na perspectiva de Michel Pollak (1992), a dimensão do imaginário social fundamentado por Cornélius Castoriadis (1982) e por fim tratando da proposta

referente ao campo da educação seguiram-se as considerações de Paulo Freire (1982). As análises desses grandes autores foram fundamentais para o entendimento da realidade do contexto no qual os anistiados estão inseridos.

No terceiro capítulo, através dos relatos dos funcionários demitidos no governo Collor, encontraram-se respostas referentes à metodologia aplicada à parcela representativa do grupo, objeto desse estudo. Por meio de um levantamento de categorias distribuídas para que permitisse, a partir dos dados colhidos, uma discussão acerca da compreensão sobre o processo de demissões, o processo de lutas para a reparação da demissão, volta ao serviço e conhecimento da situação atual, e, ainda, o sentimento de pertencimento e relação/posição com outros servidores e com a instituição. Dessa forma objetivou-se o confronto de respostas e categorização dos indicativos que foram encontrados nas propostas para a coleta dos dados compilados, em construção, por meio de análise do discurso, que permitiram, de forma objetiva, comparar os dados entre si.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como a nossa proposta de trabalho envolve as identidades, memórias e narrativas: ao refletir sobre as experiências e histórias de vida de um grupo de profissionais demitidos no governo Collor e readmitidos no governo Lula, nosso objeto de estudo, buscou-se sustentação nas teorias dos autores que iremos convocar, tal como, Jacques Le Goff. O autor francês faz uma reflexão sobre História e Memória, em que a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas. O estudo da memória vai além da psicologia clássica, agregando novos conhecimentos das neurociências, com cada aspecto seu interessando a uma ciência diferente, sendo a memória social um dos meios fundamentais para se abordar os problemas do tempo e da História.

Para Le Goff (1990) a memória coletiva ganha espaço no meio científico como objeto de estudo visando não apenas crescimento cultural, mas também social. Ela decorre do mero fato de descrever situações de uma sociedade, mostrando-nos quanto são importantes os valores culturais pertencentes dentro de cada sociedade. Indica, também, como os modos, os costumes e as crenças influem na diferença entre os grupos sociais, contribuindo na construção da identidade de cada sociedade, mesmo existindo semelhanças entre si, pois nelas estão inseridas suas particularidades. Por isso, a memória coletiva é um instrumento de identidade para povos, cultura, nações, já que, “a partir do Homo sapiens, a constituição de um aparato da memória social domina todos os problemas da evolução humana” (GOURHAN 1964-65, apud LE GOFF, 2003, p. 469).

Parece fundamental, então, insistir que a memória não é apenas individual. Na verdade, a forma de maior interesse para o historiador (ou para o pesquisador interessado nessa fonte) é a memória coletiva, composta pelas lembranças vividas pelo indivíduo ou que lhe foram repassadas, mas que não lhe pertencem somente, e são entendidas como propriedade de uma comunidade, um grupo. O estudo histórico da memória coletiva começou a se desenvolver com a investigação oral. Esse tipo de memória tem algumas características bem específicas: primeiro gira em torno quase sempre de lembranças do cotidiano do grupo, como enchentes, boas safras ou safras ruins, quase nunca fazendo referências a acontecimentos históricos valorizados pela historiografia, e tende a idealizar o passado. Em segundo lugar, a memória coletiva fundamenta a própria identidade do grupo ou comunidade, mas normalmente tende a se apegar a um acontecimento considerado fundador, simplificando todo o restante do passado.

Por outro lado, ela também simplifica a noção de tempo, fazendo apenas grandes diferenciações entre o presente ("nossos dias") e o passado ("antigamente"). Além disso, mais do que em datas, a memória coletiva se baseia em imagens e paisagens. O próprio esquecimento é também um aspecto relevante para a compreensão da memória de grupos e comunidades, pois muitas vezes é voluntário, indicando a vontade do grupo de ocultar determinados fatos. Assim, a memória coletiva reelabora constantemente os fatos.

Outra distinção entre história e memória está no fato de a história trabalhar com o acontecimento colocado para e pela sociedade, enquanto para a memória o principal é a reação que o fato causa no indivíduo. A memória recupera o que está submerso, seja do indivíduo, seja do grupo, e a história trabalha com o que a sociedade trouxe a público. O autor, corroborando com o pensamento de Paul Veyne (1968), afirma que se acreditarmos que alguns fatos são mais importantes do que outros, teremos de considerar que essa importância é relativa e segue critérios pessoais de cada historiador. Em Le Goff há também referência a Montenegro (2001), que em sua análise verifica que a dificuldade de se utilizar os depoimentos orais como fonte da História está no fato de que eles são fontes construídas pela memória, e esta reelabora a realidade vivida pela imaginação.

Outro referencial para embasar a pesquisa apoia-se em Michel Polak (1992), que defende que a fonte oral é exatamente comparável a fonte escrita pelo fato de a memória ser socialmente construída e a capacidade de se coletar representações por meio de histórias de vida tornou-se um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa. O problema está na temporalidade e na legitimidade. O autor percebeu também além do estilo, os pronomes pessoais usados em relação a acontecimentos e situações de histórias de vida no conjunto de relatos em que determinado tipo de pessoa utilizava, era usado como medidor do grau de segurança interna dela.

Segundo ele a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, aos critérios de negociação direta com os outros e assim o autor faz um paralelo entre memória e identidade e mostra que elas podem ser negociadas e que não são essenciais de um indivíduo ou grupo.

Já as contribuições de Pierre Nora (1993) nos faz compreender que a memória é um tema relevante pela sua falta, e que a curiosidade pelos lugares onde ela se cristaliza e se refugia está ligada a um momento particular de nossa história. Um momento fragmentado, que gera como consequência um esfacelamento da memória que se confunde com uma ruptura com o passado. Existem locais de memória por causa da derrocada dos meios de memória.

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e nesse sentido, ela está em constante evolução, aberta à dinâmica da lembrança e do esquecimento, inconscientes de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Não menos importante para o nosso trabalho, e também para o nosso esforço de reflexão, será o aprofundamento sobre os meios e vias pelos quais o imaginário social constrói seus símbolos e significados sob o escopo da criação, da instituição de novas formas, assim, o pensamento de Castoriadis será de grande valia.

Segundo Castoriadis (1982), toda sociedade é criação inserida em dado momento histórico, portanto criação da sociedade, e, como tal, implica na criação de um mundo de significações dentro do qual ela própria pode fazer sentido e existir. As significações implicam em instaurar certa ordem, pois tudo o que existe significa algo para ela, ou então é declarado como sem significação. São as significações que concedem unidade e coesão internas à sociedade e seus indivíduos.

O “social-histórico” abarca, então, o que já existiu e o que ainda existirá. A fim de pensar a complexa dinâmica da criação, Castoriadis elabora a noção de magma. A partir do termo, emprestado da geologia, Castoriadis faz uma analogia entre o magma de um vulcão, que tem uma parte sólida, em forma de rocha, uma parte líquida e uma terceira, gasosa. Com esse conceito, Castoriadis representa aquilo que é solidificado na sociedade - portanto, instituído - e aquilo que é novo, que é processo de criação: instituinte. O modo de ser do social-histórico é o de um magma:

Dizer das significações imaginárias sociais que elas são instituídas, ou dizer que a instituição da sociedade é instituição de um mundo de significações imaginárias sociais, é dizer também que essas significações são presentificadas e figuradas na e pela efetividade de indivíduos, atos e objetos que elas "informam". A instituição da sociedade é que é e tal como é enquanto "materializa" um magma de significações imaginárias sociais, com referência ao qual somente indivíduos e objetos podem ser captados ou mesmo simplesmente existir; e não se pode também dizer que este magma é separadamente dos indivíduos que ele faz ser. Não temos aqui significações "livremente separáveis" de todo suporte material, puros polos de idealidade; é no e pelo ser e o ser-assim deste "suporte" que essas significações são e são tais como são (CASTORIADIS, 1982 p. 401).

Podemos concluir desse princípio que, o instituído é sempre uma criação coletiva do “coletivo anônimo” que compõe as sociedades. As instituições, por sua vez, são sustentadas por valores e perspectivas que podem ser percebidas pelas formas dadas pelos indivíduos, que por sua vez compõem essa instituição. Abrindo, desse modo, um profícuo campo de

interpretação a partir dos meios e vias através dos quais os grupos significam e criam a(s) realidade(s) e seu tempo. Conhecendo melhor essas perspectivas e aproximando-se do sentido do que o autor enuncia como significações imaginárias, podemos elucidar a dimensão do processo de formação humana no instituído.

Por fim, para pensar na dimensão da construção coletiva do conhecimento e na formação humana, iremos destacar na obra de Paulo Freire a importância de uma construção coletiva, que envolve não só os sujeitos, como também, as instituições.

Sob outro referencial epistemológico, o educador, pedagogo e filósofo Paulo Freire (1987) enfatiza e nos faz compreender que educar é um ato político, é ensinar o aluno a se posicionar politicamente no mundo. Próximo ao pensamento marxista, porém, bastante influenciado por uma concepção católica do mundo (Escola, Joaquim – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) que deu origem a uma “pedagogia da comunicação” crivada por valores transcendentais, Freire afirma a existência de dois grandes grupos ou classes na sociedade que são os opressores e oprimidos. Esses grupos estão em um constante estado de lutas entre eles. Os opressores lutam para oprimir mais e os oprimidos lutam para poder se desvencilhar da opressão. Em sua reflexão, Freire afirma que a educação permite a consciência do lugar de pertencimento dos oprimidos, todavia, educar não é somente o reconhecimento do seu papel nessa luta, mas também a ação em busca da superação dessa dinâmica perversa.

A violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos e aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores (FREIRE, 1987, p.p 17-18).

O autor nos faz compreender que não é no silêncio que os homens constroem as suas identidades, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Dizer a palavra verdadeira que é práxis, é transformar o mundo, dizer a práxis não é privilégios de alguns e sim direito de todos os homens. Sendo assim, ninguém pode dizer a “palavra verdadeira” sozinho, nem para os outros, roubando a palavra dos demais. Todavia, essa “palavra verdadeira” não é um cânone, é a construção de sentido de um grupo que cria em determinado momento histórico e que também está em processo de constante validação e modificação.

Prosseguindo em suas reflexões, o autor destaca o tema da dialogicidade da educação. A dialogicidade é defendida pelo autor como um processo de construção coletiva, realizado a partir do encontro com um outro, em um ambiente de trocas generosas, pelo reconhecimento da inconclusão do humano. Para a educação, a dialogicidade é a forma defendida por Freire para a superação de um ensino baseado na submissão e aceitação do instituído perverso. Para Freire (1987) o diálogo é o encontro entre homens mediados pelo mundo para construir ou reconstruir o mundo, posto que esse mundo esteja sempre se refazendo e para conviver nele. A essência do homem para Paulo Freire é a de um ser criador, um ser que cria em conjunto com outros homens inseridos no mundo, na sociedade e na escola. Segundo palavras do autor, a ideia de “leitura do mundo”, como criação coletiva, nos é especialmente importante para a compreensão desse tema:

Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. Ao ensaiar escrever sobre a importância do ato de ler, eu me senti levado – e até gostosamente – a “reler” momentos fundamentais de minha prática, guardados na memória, desde as experiências mais remotas de minha infância, de minha adolescência, de minha mocidade, em que a compreensão crítica da importância do ato de ler, se veio em mim constituindo (FREIRE, 1989, p. 9).

Portanto, nosso embasamento se propôs, a saber, como se constrói um texto histórico pautado nas narrativas das memórias de um grupo que passou por um processo histórico, com enfoques políticos e como se educa para uma nova situação e vivência, necessitando de autores tanto na área da história, da memória, da política, da educação, sociologia e filosofia.

MATERIAL E MÉTODO

Acreditamos que os procedimentos metodológicos são alicerces da pesquisa, já que a metodologia deve estar em sintonia com as ideias e fundamentar os procedimentos utilizados nessa pesquisa, que servirão de referência ao processo de busca da explicação ou da elaboração de previsões, em relação a questões ou problemas específicos.

A natureza qualitativa dessa pesquisa se dá por preocupar-se com a compreensão e interpretação de uma realidade, pautando-se, assim na sociologia compreensiva de Weber (1970) que nos faz entender que a Sociologia é a ciência que se propõe a entender e interpretar para em seguida explicar a ação social. Esse autor rejeita a ideia de que o social é exterior ao homem, e essa visão propicia uma análise bem próxima daquilo que se pretende nesse estudo. A sociologia compreensiva procura separar as ciências naturais das ciências humanas, pois a primeira procura explicar as relações causais entre os fenômenos, enquanto que a segunda precisa compreender os processos da experiência humana que são vivos, mutáveis, que precisam ser interpretados para que se extraia deles o seu sentido. E é nesta perspectiva que Minayo (1993, p.244) afirma que “ao contrário do positivismo, a sociologia compreensiva coloca o aprofundamento do “qualitativo” inerente ao social, enquanto possibilidade e único quadro de referência condizente e fundamental das ciências humanas no presente”.

Minayo (1993) indica que Weber elabora a tarefa qualitativa como a procura de se atingir o conhecimento de um fenômeno histórico, o mais precisamente possível, isto é, significativo em sua singularidade.

Os dados iniciais dessa pesquisa foram coletados através de entrevistas individuais, questionários fechados e gravações de áudio em que a metodologia da entrevista seguiu o modelo proposto por Lakatos e Marconi (2003, pp. 195-199) que em relação aos objetivos, a entrevista apresenta seis tipos tais como: averiguação de “fatos”; determinação das opiniões sobre os “fatos”; determinação de sentimentos; descoberta de planos de ação; conduta atual ou do passado; motivos conscientes para opiniões, sentimentos, sistemas ou condutas. O nosso propósito foi utilizar a entrevista estruturada em que o entrevistador seguiu um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são pré-determinadas.

O motivo da padronização é obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas, permitindo “que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir entre os respondentes e não diferenças nas perguntas” (LODI, 1974 apud LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 199).

Quanto à análise dos questionários utilizamos dentre as classificações, as perguntas fechadas ou dicotômicas, também denominadas limitadas ou de alternativas fixas, que são aquelas em que o informante escolhe sua resposta entre duas opções: sim ou não, oferecendo uma visão da memória dos participantes da pesquisa. Foi selecionada uma parcela de um grupo específico, representativo da população, entrevistados informalmente e a percepção que tivemos foi a de que nem todos os sujeitos pesquisados participaram do movimento de luta em busca do retorno de seus empregos. Optamos por trabalhar com estes que mais diretamente estiveram envolvidos nessa luta, pela coerência em seus relatos. Tendo a preocupação em lidar com a Metodologia da História Oral com os integrantes do grupo, em que foram abordadas a partir da visão de Meihy e Holanda (2010).

O ponto de partida das entrevistas em história oral implica aceitar que os procedimentos são feitos no presente, com gravações, e envolvem expressões orais emitidas com intenção de articular ideias orientadas a registrar ou explicar aspectos de interesses planejados em projetos, sendo este um recurso moderno usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva (MEIHY; HOLANDA, 2010, p. 16).

Nesses testemunhos, novas histórias são geradas e o entrevistado percebe o seu valor, o respeito e valorização do conhecimento prático e das experiências vividas devem ser foco de análise. Sujeitos antes excluídos e marginalizados do saber oficial são incentivados a construir sua própria história com autoestima e autonomia. Justificamos esse procedimento, uma vez que [...] “não trabalhamos com testemunhos únicos, mas sempre com múltiplos testemunhos orais, obtidos de uma rede de informantes que se estabelece durante a pesquisa” (VON SIMSON 2002, p.142).

LOCUS DA PESQUISA

A UFRRJ, conforme consta no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-2013-2017) tem sua origem no Decreto 8.319 de 20 de outubro de 1910, assinado por Nilo Peçanha, Presidente da República, e por Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, Ministro da Agricultura. Ele estabeleceu as bases fundamentais do ensino agropecuário no Brasil, criando a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, cujo primeiro diretor foi o engenheiro agrônomo Gustavo Dutra. A sede foi instalada, em 1911, no palácio do Duque de Saxe, onde hoje está o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/MEC, no Maracanã, Rio de Janeiro. Conforme relata Celia Regina Otranto (2005):

[...] “operou um importante efeito simbólico. Ao instalá-la no Palácio do Duque de Saxe a agricultura recebia o status de nobreza, mesmo que num período republicano. Essa aparente ambiguidade e anacronismo só era explicável por um motivo, o desejo de libertar o trabalho com a terra da sua vinculação com o escravismo, tirá-la do preconceito que a denegria como atividade que no passado, não muito distante, a negros escravos” e, com isso, a agricultura era discutida, agora, nos salões nobres do Palácio e não mais nas áreas de serviço.

Inaugurada oficialmente em 1913, funcionou por dois anos com seu campo de experimentação e prática agrícola em Deodoro. Fechada sob alegação de falta de verbas para manutenção, em março de 1916 fundiu-se à Escola Agrícola da Bahia e à Escola Média Teórico-Prática de Pinheiro, onde hoje estão instalados o Campus de Pinheiral e a Escola Agrotécnica Nilo Peçanha.

Nesse mesmo ano diploma-se a primeira turma de Engenheiros Agrônomos, com dois alunos, e, no ano seguinte, a primeira turma de Médicos Veterinários, com quatro alunos. Em 1918, a Escola foi transferida para a Alameda São Boaventura, em Niterói, onde funciona hoje o Horto Botânico do Estado do Rio de Janeiro. O seu novo regulamento só foi aprovado em 1920, quando foi criado mais um curso, o de Química Industrial. Em 1927, a Escola mudou-se para a Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1934, o Decreto 23.857 transformou os cursos na Escola Nacional de Agronomia, Escola Nacional de Medicina Veterinária e Escola Nacional de Química. A Escola Nacional de Agronomia subordinava-se à extinta Diretoria do Ensino Agrícola, do Departamento Nacional de Produção Vegetal; a Escola Nacional de Veterinária ao Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério da Agricultura. A Escola Nacional de Química, transferida para o antigo Ministério da Educação e Saúde, viria a constituir-se na Escola de Engenharia Química da atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – antiga Universidade do Brasil.

Em março de 1934, as Escolas Nacionais de Agronomia e Nacional de Veterinária tiveram o regulamento comum aprovado e tornaram-se estabelecimentos padrão para o ensino agrônômico do País. Neste ano formaram-se 12 Engenheiros Agrônomos e 16 Médicos Veterinários.

A Portaria Ministerial de 14 de novembro de 1936 tornou as Escolas independentes, com a aprovação de seus próprios regimentos.

Em 1938, o Decreto-Lei 982 reverteu a situação – enquanto a Escola Nacional de Agronomia passou a integrar o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA), recém-criado, a Escola Nacional de Veterinária passou a subordinar-se diretamente ao Ministro do Estado.

O CNEPA foi reorganizado em 1943, pelo Decreto-Lei 6.155, de 30 de dezembro. Nascia a Universidade Rural, abrangendo na época a Escola Nacional de Agronomia, a Escola Nacional de Veterinária, Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, Cursos de Extensão, Serviço Escolar e Serviço de Desportos. Com os Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização iniciava-se um programa de treinamento pós-graduado para áreas específicas dos currículos de Agronomia e Veterinária. Um ano depois, o novo regimento do CNEPA, aprovado pelo Decreto-Lei 16.787, unificou os novos cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, além de criar o Conselho Universitário, à semelhança do hoje existente.

A Universidade, além de consolidar os novos cursos e serviços criados, tomava as providências para, em 1948, transferir o seu campus para as margens da Antiga Rodovia Rio-São Paulo, hoje BR-465 iniciando-se o desenvolvimento urbano de Seropédica. Em 1995, face à edição da Lei n.º 2 446 de 12 de outubro, Seropédica tornou-se município independente de Itaguaí, sendo instalado em 1º de janeiro de 1997, com a emancipação, Seropédica teve sua economia movimentada e ganhou grandes obras de infraestrutura, assim como incremento do comércio local.

O ano de 1961 trouxe um novo Decreto, o de número 50.113, que, mais uma vez, alterou o regimento do CNEPA – a Universidade ganhou um novo órgão, a Escola Agrícola, então com denominação de Escola Agrotécnica Ildefonso Simões Lopes. Somente em 1963, pelo Decreto 1.984, a Universidade Rural passou a denominar-se Universidade Federal Rural do Brasil, envolvendo a Escola Nacional de Agronomia, a Escola Nacional de Veterinária, as Escolas de Engenharia Florestal, Educação Técnica e Educação Familiar, além dos cursos técnicos de nível médio dos Colégios Técnicos de Economia Doméstica e Agrícola “Ildefonso Simões Lopes”.

A atual denominação – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – veio com a Lei 4.759, de 1965. A UFRRJ, uma autarquia desde 1968, passou a atuar com uma estrutura mais flexível e dinâmica para acompanhar a Reforma Universitária que se implantava no País. Com a aprovação de seu Estatuto, em 1970, a Universidade vem ampliando suas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, tendo, em 1972, iniciado o sistema de cursos em regime de créditos.

Em 1966 é criado o curso superior de Química. Em 1968, as Escolas Nacional de Agronomia e Veterinária se transformam em cursos de graduação. Em 1969, são criados os cursos de Licenciatura em História Natural, em Engenharia Química e Ciências Agrícolas. Em 1970, têm início os cursos de Geologia, Zootecnia, Administração de Empresas, Economia e Ciências Contábeis. Em 1976, foram criados os cursos de Licenciatura plena em Educação Física, Matemática, Física e o Bacharelado de Matemática. O primeiro curso noturno – Administração de Empresas – iniciou suas atividades em 1990. Em 1991, foi criado o curso de Engenharia de Alimentos. Os primeiros cursos de pós-graduação na UFRRJ iniciaram as suas atividades em 1965. Foram oferecidos três cursos em nível de Mestrado: Medicina Veterinária-Parasitologia Veterinária, Agronomia-Ciência do Solo e Química Orgânica – que se consolidaram ao longo dos anos, dando origem a Cursos de Doutorado nos anos de 1977, 1979 e 1993, respectivamente. De 1976 a 1988 foram implantados os cursos de Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Patologia Veterinária, Microbiologia Veterinária, Desenvolvimento Agrícola e Fitotecnia. Em 1993, entrou em atividade o Curso de Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais; em 1995, o curso de Mestrado em Fitotecnia criou a área de Agroecologia. Foram criados em 1994 e 1995 os cursos de mestrado e doutorado em Biologia Animal, doutorado em Ciências e Tecnologia de Alimentos, doutorado em Sanidade Animal e mestrado em Zootecnia.

A expansão do ensino superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior. A meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação.

Para alcançar o objetivo, todas as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram ao ministério, planos de reestruturação, de acordo com a orientação do Reuni. As ações preveem, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão.

Atualmente a UFRRJ conta com 56 cursos de graduação presenciais regulares; 41 no Campus Seropédica, 11 no Campus de Nova Iguaçu e 04 no Campus Três Rios e uma turma de Licenciatura em Pedagogia (PARFOR). Participando do Consórcio CEDERJ, continuou ofertando os cursos de Administração e de Turismo, ambos na modalidade de ensino a Distância. Conta também com 43 cursos de pós-graduação, 32.405 alunos (Graduação e Pós-Graduação), 1100 docentes efetivos e 90 substitutos e temporários, 1230 técnicos administrativos, 283 funcionários anistiados e 763 funcionários contratados sob forma de serviços terceirizados.

CAPÍTULO I

2 IMPACTOS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL: O CASO DA UFRRJ

Como pesquisadora, considero pertinente conhecer as várias faces de qualquer situação, sobretudo daquelas que são derivadas de políticas públicas que afetam diretamente a gestão de pessoas e o serviço público, já que também sou servidora da instituição. Assim, a intenção deste capítulo é a de situar historicamente o grupo dos anistiados na UFRRJ e tecer considerações sobre a conjuntura que originou essa situação.

2.1 A globalização e as políticas neoliberais nos anos 90 no Brasil

Nesta seção, trataremos do tema da globalização e o processo de implantação do projeto neoliberal no Brasil. Mesmo de modo breve e pontual, nossa intenção é oferecer ao leitor uma perspectiva dessa temática em razão dos objetivos que perseguimos em nossa pesquisa.

A globalização é um processo de integração entre economia, sociedade, cultura e política, tornando o mundo cada vez mais interligado. Tal processo une mercados de diferentes países e faz com que mercadorias e pessoas possam se aproximar cada vez mais. Esse processo surgiu para atender o capitalismo, os países mais desenvolvidos precisavam buscar novos mercados, já que o consumo interno estava saturado. Daí surgiu a necessidade de explorar novos mundos, novos mercados e consumidores.

Já o processo de implantação do projeto neoliberal no Brasil emergiu como elemento condutor da ação governamental em todas as suas esferas, tendo iniciado no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) como uma das alternativas históricas vislumbradas no interior do bloco no poder para atualizar sua dominação social.

A implantação dessa política foi freada por escândalos que culminou no processo de impeachment do presidente Collor, porém a consolidação de cunho neoliberal nos governos posteriores avançou com a superação dos obstáculos à construção de uma nova hegemonia burguesa, como a Reforma do Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso que articulou ações governamentais para uma reordenação estratégica do papel do Estado, fazendo, contudo, que o Estado passasse de impulsionador do desenvolvimento econômico

para um impulsionador da competitividade da economia, considerando-o como complementar ao mercado.

2.1.1 A Globalização e o Neoliberalismo

Sob o tema da globalização, usaremos as referências de Santos (2000), para fundamentar a nossa argumentação. A escolha pelo autor atende à lógica de argumentação que perseguimos nesse trabalho, pois não se limitam às críticas dos processos, mas às dimensões afetivas e simbólicas instituídas. A globalização é um processo de aprofundamento da integração econômica, social, política e cultural, porque mercados de diferentes países interagem e aproximam pessoas e com isso realizam transações financeiras e expandem negócios sem nenhuma barreira.

Essa interação do globo terrestre foi criada para aproximar pessoas de culturas diversas e facilitar o acesso às mercadorias que são fragmentadas, pois as matérias-primas vêm de vários lugares do mundo, ou seja, um produto é feito de vários componentes originados dos mais diferentes países.

Em conformidade com Santos (2000), outro fator que chama a atenção está na abertura desse comércio em que não há barreiras e os países mais afortunados se apropriam de espaços e pessoas de nações em desenvolvimento, aproveitando a mão-de-obra barata e a fabricação de produtos é cada vez maior; com isso se expande o comércio e auferem lucros exorbitantes em detrimento de uma maior parte da população que não participa do conhecimento global. Portanto, há de se revelar que a globalização é uma fábula, através da qual tentam fazer com que as pessoas acreditem no mito de que o mundo está ao alcance das mãos de todos, enquanto que a face é outra, o mundo é perverso, pois a fome e a falta de abrigo se generalizam em todos os continentes.

Para o autor, a globalização é de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política. Há uma tendência a separar uma coisa da outra. Daí muitas interpretações da história a partir das técnicas. E, por outro lado, interpretações da história a partir da política. Na realidade, nunca houve na história humana separação entre as duas coisas. As técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso. É isso que fez a história.

No fim do século XX e graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária. Só que a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global. A partir do processo “globalizante”, o setor privado dominou o mundo ocasionando o aparecimento de grandes empresas influenciando decisivamente sobre a economia mundial. Santos (2000) propõe fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual: a unicidade da técnica (o computador é uma peça central), a convergência dos momentos (conhecimento instantâneo do acontecer do outro), a cognoscibilidade do planeta (por meio dos satélites, passamos a conhecer todos os lugares e a observar outros astros) e a existência de um motor único na história (atual competitividade entre as empresas), representado pela mais-valia globalizada. Um mercado global utilizando esse sistema de técnicas avançadas resulta nessa globalização perversa.

Consideramos, em primeiro lugar, a emergência de uma dupla tirania, a do dinheiro e a da informação, intimamente relacionadas. Ambas, juntas, fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo ethos as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas. A competitividade, sugerida pela produção e pelo consumo, é a fonte de novos totalitarismos, mais facilmente aceitos graças à confusão dos espíritos que se instala. Tem as mesmas origens a produção, na base mesma da vida social, de uma violência estrutural, facilmente visível nas formas de agir dos Estados, das empresas e dos indivíduos. A perversidade sistêmica é um dos seus corolários (SANTOS, 2000, p.19).

Como as técnicas hegemônicas atuais são todas elas filhas da ciência, e como sua utilização se dá ao serviço do mercado, esse amálgama produz um ideário da técnica e do mercado que é santificado pela ciência, considerada, ela própria, infalível. Essa, aliás, é uma das fontes do poder do pensamento único. Tudo o que é feito pela mão dos vetores fundamentais da globalização parte de ideias científicas, indispensáveis à produção, aliás, acelerada, de novas realidades, de tal modo que as ações assim criadas se impõem como soluções únicas. Nas condições atuais, a ideologia é reforçada de uma forma que seria impossível ainda há um quarto de século, já que, primeiro as ideias e, sobretudo, as ideologias se transformam em situações, enquanto as situações se tornam entre si mesmas “ideias”, “ideias do que fazer”, “ideologia”, e impregnam, de volta, a ciência cada vez mais redutora e reduzida, mais distante da busca da “verdade”.

Desse conjunto de variáveis decorrem, também, outras condições da vida contemporânea, fundadas na matematização da existência, carregando consigo uma crescente

sedução pelos números, um uso mágico das estatísticas. Em tais condições, instala-se a competitividade, o salve-se-quem-puder, a volta ao canibalismo, a supressão da solidariedade, acumulando dificuldades para um convívio social saudável e para o exercício da democracia. Enquanto esta é reduzida a uma democracia de mercado e amesquinhada como eleitoralismo, isto é, consumo de eleições, as “pesquisas” perfilam-se como um aferidor quantitativo da opinião, da qual acaba por ser uma das formadoras, levando tudo isso ao empobrecimento do debate de ideias e a própria morte da política.

Na esfera da sociabilidade, levantam-se utilitarismos como regra de vida mediante a exacerbação do consumo, dos narcisismos, do imediatismo, do egoísmo, do abandono da solidariedade, com a implantação, galopante, de uma ética pragmática individualista. É dessa forma que a sociedade e os indivíduos aceitam dar adeus à generosidade, à solidariedade e a emoção com a entronização do reino do cálculo (a partir do cálculo econômico) e da competitividade. São, todas essas, condições para a difusão de um pensamento e de uma prática totalitárias. Esses totalitarismos se dão na esfera do trabalho como, por exemplo, num mundo agrícola modernizado onde os atores subalternizados convivem, como em um exército, submetidos a uma disciplina militar.

O totalitarismo não é, porém, limitado à esfera do trabalho, escorrendo para a esfera política e das relações interpessoais e invadindo o próprio mundo da pesquisa e do ensino universitários, mediante um cerco às ideias cada vez menos dissimulado. É interessante aqui destacar o elemento definidor do sistema de relações de dominação e subordinação envolvendo países desenvolvidos e os em desenvolvimento que continuam fornecendo mão de obra barata, para que os países desenvolvidos sejam cada vez mais competitivos.

Essa competitividade entre as potências também está instaurada no ambiente acadêmico que exige de seus pares atualização constante e produtividade acadêmica, com publicações em revistas especializadas tanto no país quanto no exterior.

Cabe-nos, mesmo, indagar diante dessas novas realidades sobre a pertinência da presente utilização de concepções já ultrapassadas de democracia, opinião pública, cidadania, conceitos que necessitam urgente revisão, sobretudo nos lugares onde essas categorias nunca foram claramente definidas nem totalmente exercitadas. Nossa grande tarefa, hoje, é a elaboração de um novo discurso, capaz de desmitificar a competitividade e o consumo e de atenuar, senão desmanchar, a confusão dos espíritos.

Segundo Santos (2000), esse modelo de globalização vigente conceituado por ele de “globalitarismo” foi utilizado para expressar o totalitarismo que as nações hegemônicas impõem sobre as camadas populares, seja no âmbito econômico ou social. Segundo o autor

estamos vivendo um segundo momento da globalização, onde se apresenta uma fragmentação dos territórios. Ele se refere também ao humanismo como sendo o motor inicial da globalização que é substituído pelo consumo excessivo.

O autor propõe novas maneiras de se combater a informação desfigurada na maioria das vezes pela mídia. Onde a partir destas informações a realidade dos fatos como, por exemplo: o desemprego, a pobreza e até a miséria são vistos como algo normal. Fica claro que somos manipulados a todo instante pela mídia, de forma que só enxergamos e ouvimos o que é transmitido por ela.

No que se refere ao neoliberalismo essa é uma ideologia de não-intervenção do Estado na economia, sobretudo porque há a intenção de desregulamentação das atividades econômicas e fundamenta-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas à economia. Essa intencionalidade de desregulamentar o Estado das atividades econômicas é caracterizada por uma imposição generalizada em escala mundial, inclusive àqueles países com planejamento econômico centralizado, para que haja a liberação do Poder estatal de todo e qualquer empreendimento econômico e social que interesse ao capital privado.

Corroborando com Ianni (1998), outro fato é que reconhecer o privado, em primeira posição, em detrimento do Estado supõe que a gestão pública estatal é ineficiente e que as questões econômicas ficam nas mãos do capital privado, seja ele nacional ou transnacional e em consequência disso cria-se o Estado mínimo que apenas estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico.

Contudo, de acordo com Santos (2000), o que mais interessa é a busca crescente de produtividade, competitividade e lucratividade, que se inter-relacionam pois quanto mais se produz mais competitiva a empresa se torna e sendo competitiva sua margem de lucro cresce proporcionalmente. Entra em curso a reprodução ampliada do capital implicando sempre em um desenvolvimento desigual uma vez que no neoliberalismo predomina e prevalece um mundo organizado em moldes cada vez mais sistêmico.

O capitalismo concorrencial buscou a unificação do planeta, mas apenas obteve uma unificação relativa, aprofundada sob o capitalismo monopolista graças aos progressos técnicos alcançados nos últimos dois séculos e possibilitando uma transição para a situação atual de neoliberalismo. Agora se pode, de alguma forma, falar numa vontade de unificação absoluta alicerçada na tirania do dinheiro e da informação, produzindo em toda parte situações nas quais tudo, isto é, coisas, homens, ideias, comportamentos, relações, lugares, é atingido. Em cada um desses momentos, são diferentes as relações entre o indivíduo e a sociedade, entre o mercado e a solidariedade.

Até recentemente havia a busca de um relativo reforço mútuo das ideias e da realidade de autonomia individual pois ainda havia a preocupação de se formar um indivíduo forte com consciência de sua cidadania e da ideia de uma sociedade solidária. As situações eram diferentes segundo os continentes e países e, se o quadro acima referido não constituía uma realidade completa, essa era uma aspiração generalizada (SANTOS, 2000). Ao longo da história passada do capitalismo, paralelamente à evolução das técnicas, ideias morais e filosóficas se difundem, assim como a sua realização política e jurídica, de modo que os costumes, as leis, os regulamentos, as instituições jurídicas e estatais buscavam realizar, ao mesmo tempo, mais controle social e, também, mais controle sobre as ações individuais, limitando a ação daqueles vetores que, deixados sozinhos, levariam à eclosão de egoísmos, ao exercício da força bruta e a desníveis sociais cada vez mais agudos.

2.1.2 Neoliberalismo, Reforma do Estado e Políticas Sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil.

Segundo o autor Perry Anderson (1995) em seu artigo “Balanço do Neoliberalismo” apresenta a divulgação de que as ideias neoliberais passaram a ter espaço privilegiado na Europa e nos Estados Unidos a partir da crise do modelo econômico do pós-guerra, quando a economia mundial foi jogada numa recessão. Em sua aplicação prática, a construção da hegemonia neoliberal iniciou-se ao final dos anos 70, quando eleita Margareth Thatcher em 1979 na Inglaterra e Ronald Reagan em 1981 nos Estados Unidos. Aqui se deve salientar a capacidade da ideologia neoliberal tornar-se hegemônica para boa parte dos países que anteriormente tinham como paradigma o Estado de Bem-Estar Social, uma das razões para essa adoção pode ser explicada através da desregulamentação financeira, fruto de um processo de mundialização que é um processo histórico, com incidência política, econômica, cultural, tecnológica, em que foi acelerado na segunda metade do século XX, e representa a consciência de que os fenômenos se apresentam inter-relacionados, independentemente das fronteiras territoriais.

Na América Latina o modelo neoliberal foi implantado por vários fatores, mas, sobretudo, devido à renegociação das dívidas externas, que obrigaram a pôr em prática um ajuste fiscal com o objetivo de saldar essas dívidas com seus países credores, para auferirem empréstimos e um prazo maior para o pagamento das dívidas, os países foram obrigados a acordar.

No Brasil, o neoliberalismo começou a ser seguido de forma aberta a partir do governo Fernando Collor de Mello, mas somente com a eleição de Fernando Henrique Cardoso e o Plano Real- constituído na administração Itamar Franco- que aplicou seus ditames no Estado brasileiro.

“FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial” (FIORI 1977, *apud* CARINHATO, 2008, p.39).

Naquele caso, seguir o neoliberalismo foi sinônimo de privatização de várias empresas do Estado. O dinheiro conseguido com essas privatizações foi na sua maioria utilizado para manter a cotação do Real (nova moeda). Carinhato (2008) afirma que, no Brasil, a lógica neoliberal surgiu com um pouco de atraso devido à ampliação da frente política de oposição ao regime militar, acordos para a eleição direta, crescente mobilização social no Novo Sindicalismo, no MST, no PT.

Após longo período, o povo brasileiro voltava às urnas, em 1989, para eleger por voto direto o presidente e o vice-presidente da República, a nação brasileira estava num momento de profunda frustração com o governo de José Sarney e após uma disputa bastante acirrada, elegeu-se presidente da república Fernando Collor de Mello. Seu plano econômico Brasil Novo (Plano Collor) não teve sucesso e ele estava embasado no pensamento neoliberal e consistia na reorientação do desenvolvimento brasileiro e na redefinição do papel do Estado para um capitalismo moderno.

Baseado na eficiência e competitividade; além de o plano econômico não apresentar desempenho, o regime de alta inflação ser mantido, Collor teve seu nome ligado à corrupção, fato que o levou a ser retirado da presidência e assim ter postergado por algum tempo a entrada definitiva do Neoliberalismo no Brasil. Houve o processo de impeachment, o vice-presidente Itamar Franco assumiu o posto para completar os dois últimos anos restantes daquele mandato. Itamar orientou que era preciso resgatar a ética na política e preparar o país para implantação de um novo plano de estabilização, que foi idealizado por um grupo de economistas comandado pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

O sucesso do Plano Real levou FHC a ganhar as eleições em 1994, esse plano faz parte de uma série de medidas que visavam à estabilização monetária e o fim de um regime de hiperinflação.

Segundo Carinhato (2008), no início da década de 90, o mundo, já em processo avançado de globalização, viu os países de tradição política liberal intervencionista ampliar a

máquina burocrática administrativa, já falida e combalida, pela nova ordem econômica iminente. Suas economias estavam descompassadas com as novas tendências tecnológicas, sucateadas pela ineficiência estatal e esvaziadas de investimentos na qualidade, frente ao agigantamento dos Estados ao longo dos anos. No Brasil, a reforma neoliberal dos anos 1990 foi introduzida pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello, embora seus primeiros resultados tenham sido tímidos, com apenas algumas privatizações e muito alvoroço em relação ao serviço público, este considerado o principal responsável pelos problemas do Estado. “O Estado foi fortemente criticado pelo seu caráter intervencionista, exigindo a redução do seu “tamanho” como uma condição ao livre funcionamento do mercado” (GOMES 2001, apud CARINHATO, 2008, p.41).

Dessa forma, com o aumento da carestia oriunda de décadas de desempenho baixo tanto social quanto economicamente, a orientação das políticas neoliberais tuteladas por órgãos como Banco Mundial e FMI, no sentido de cortar os gastos públicos, agravou ainda mais o histórico problema da pobreza no Brasil. Reforçou-se a retórica da reforma como um caminho para a promoção das chamadas políticas sociais, voltando-se a atenção para o agravamento do problema do desemprego e da pobreza e para a necessidade de regular minimamente o movimento do capital. A política neoliberal foi insuficiente para o desenvolvimento econômico. Corroborando com Gonçalves (2002):

“Entretanto, a entrada no mundo globalizado, não se dá nas mesmas condições para os diversos países. Nas economias periféricas, como no caso do Brasil, a transnacionalização não elimina a relação de dominação centro periferia” (GONÇALVES 2002, apud CARINHATO, 2008 p. 41).

O autor diz que a Reforma do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso articulou medidas legislativas, mudanças regulatórias e ações governamentais para uma reordenação estratégica do papel do Estado, fazendo, contudo, que o Estado passasse de impulsionador do desenvolvimento econômico para um impulsionador da competitividade da economia. Para tanto, transferiu patrimônio público para o mercado, mudou a relação do Estado com o mercado e a sociedade, considerando o Estado como complementar ao mercado.

A Política social é uma dimensão necessária da democracia das sociedades modernas e está estreitamente ligada aos valores de equidade. No quadro institucional, as políticas sociais integram um sistema de ação complexo resultante de inúmeras causalidades e distintos atores e campos de ação social e pública: proteção contra riscos, combate à miséria, desenvolvimento de capacidades que possibilitem a superação das desigualdades e o exercício pleno da cidadania. (IVO 2004, apud CARINHATO, 2008, p.42).

Segundo Carinhato (2008), a Política Social do governo FHC foi fruto de uma opção de desenvolvimento econômico que não privilegiou as prescrições da Constituição de 1988. O processo de inserção do Brasil na globalização pela via da “financeirização” estreitou as possibilidades do sistema de proteção social brasileiro se fortalecer e apresentar-se capaz de dar respostas à demanda da população ao se trocar a ideia de solidariedade pela competitividade, de forma a relegar as questões sociais a um simples pano de fundo inserido na lógica neoliberal de restrição dos gastos sociais.

A escolha por políticas sociais focalizadas pelo racionamento dos gastos, pela redução da responsabilidade do Estado enquanto provedor de direitos sociais básicos à população foram corolários diretos da negação de uma política social inclusiva, a qual se mostra como única resposta razoável em um país de milhões de miseráveis que, durante o governo de FHC, passaram a depender uma ajuda monetária relevante enquanto forma de mantê-los vivos, porém ínfima em relação a um modelo que buscasse a emancipação da extrema pobreza que os acomete. (CARINHATO, 2008, p.45).

Houve, portanto, uma retração das políticas sociais pelo governo Cardoso. Quanto à necessidade de focalização, a utilização destas num país com tamanha desigualdade social, inevitavelmente consolida e engessa a desigualdade, pois tais políticas não buscaram enfrentar a pobreza numa ótica estrutural, mas tão somente aliviar a pobreza dos “grupos socialmente mais vulneráveis”, através da assistência social. “Desse modo, tal sistema acabou por estigmatizar os pobres e conformar um processo de naturalização da pobreza” (COHN 1999, apud CARINHATO, 2008 p.45). Nessa perspectiva, essas políticas tiveram a função da chamada “gestão da pobreza e da miséria”.

2.1.3 O processo de demissões ilegais no governo Collor de Mello

Muitos funcionários públicos foram demitidos, sem motivo jurídico plausível, no início da década de 90, na vigência do mandato do então Presidente da República Collor de Mello. A falta de critério nas demissões e a ausência do devido processo legal¹ foram traços marcantes nas injustas demissões, que trouxeram chagas de muito sofrimento para os funcionários que perderam seus vínculos públicos. Essa dura injustiça, que atingiu inúmeras

¹Art. 5º CF:

Inciso LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

Inciso LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

famílias, perdurou até a promulgação da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que concedeu anistia aos servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como aos empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista que, no período entre março de 1990 e 30 de setembro de 1992, foram exonerados ou demitidos com violação de dispositivo constitucional ou legal.

A Lei de anistia apenas reconheceu a grande injustiça feita com inúmeros funcionários, que foram demitidos ou exonerados de forma totalmente arbitrária. Apesar da boa intenção do legislador, a prática demonstrou uma grande lentidão da tramitação dos processos administrativos envolvendo os pedidos de anistia de que trata a Lei nº 8.878/94. E por essa razão, o que deveria ser eficaz e célere, visto que o legislador reconheceu excessos por parte do Poder Executivo, na prática, demorou cerca de 20 (vinte) anos para que fossem efetivados os retornos dos funcionários anistiados, causando mais desconforto e dor àqueles penalizados arbitrariamente. Por única e exclusiva culpa da Administração Pública, essa mora no cumprimento da Lei nº 8.878/94 criou verdadeiro hiato, pois o transcurso dos anos estabilizou situações jurídicas que tiveram o condão de alterar o estado de fato e de direito de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias etc., e, via de consequência, dos servidores demitidos ou exonerados forçadamente.

E, agravando mais a situação, o Artigo 2º da Lei nº 8.878/94 estabeleceu que o retorno ao serviço público dar-se-ia, "exclusivamente", no cargo ou emprego anteriormente ocupado ou, quando for o caso, naquele resultante da respectiva transformação e restringe-se aos que formulem requerimento fundamentado e acompanhado da documentação pertinente no prazo improrrogável de sessenta dias, contado da instalação da comissão a que se refere o artigo 5º da Lei - "Para os fins previstos nesta Lei, o Poder Executivo, no prazo de até trinta dias, constituirá Comissão Especial de Anistia e Subcomissões Setoriais, com estrutura e competência definidas em regulamento". Vide Decretos nº 1.153², 1.498³, 1.499⁴, 5.115⁵. Com a finalidade de assegurar prioridade nas análises dos processos daqueles que já tinham encaminhado a documentação à Comissão Especial constituída, foi criado o decreto nº 3383⁶, de 2000.

² Dispõe sobre a constituição de Comissão e Subcomissões Setoriais de Anistia de que trata o artigo da Lei 8878/94, de 11 de maio de 1994.

³ Constitui Comissão Especial de Revisão dos Processos de anistia de que trata a Lei 8878 de 11 de maio de 1994.

⁴ Dispõe sobre a descentralização dos serviços de transportes ferroviário coletivo de passageiros, urbano e suburbano da União para os Estados e Municípios de 24 de maio de 1995.

⁵ Institui Comissão Especial Interministerial – CEI de revisão dos atos administrativos praticados pelas comissões criadas referentes a processos de anistia de 24 de junho de 2004.

⁶ Comissão Interministerial para os reexames dos processos de anistia de 11 de fevereiro de 2000.

Sucedeu que, após o transcurso de mais de uma década da edição da Lei nº 8.878/94, as readmissões não estavam totalmente implementadas. Não resta dúvida de que esta mora administrativa foi suficiente para criar situações de graves e inconcebíveis prejuízos ao servidor público readmitido, a começar pela extinção de inúmeras empresas públicas e sociedades de economia mista, que foram sucedidas pela União Federal, desaparecendo a função primitiva do funcionário anistiado.

Também o regime jurídico dos empregados contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho já não pode mais vigor quando de seus retornos, pelo fato de ainda prevalecer a redação originária do Artigo 39⁷, da Constituição Federal. Isso porque a ADIN nº 2135⁸/STF reforçou o RJU. Esse é o quadro atual, onde se constata um novo e grave prejuízo para os funcionários anistiados, que novamente estão sendo "injustiçados" pela Administração Pública, em face da demora na aplicação da Lei de Anistia.

Foi assegurado ao funcionário anistiado o retorno ao cargo ou emprego anteriormente ocupado ou, quando for o caso, naquele resultante da respectiva transformação. De forma totalmente ilegal e descompassada com a Lei de Anistia em questão, foi criado o Decreto nº 3.383⁹, de 11 de fevereiro de 2000. Ora, a demissão dos servidores públicos que foi consumada na década de 90, apesar de ter sido inconstitucional, com grave afronta ao direito de defesa e do contraditório - Art. 5º, inciso LV da Constituição Federal¹⁰, também foi implementada sem que fosse utilizada a regra constitucional da impessoalidade Art. 37¹¹ da CF, por vigor critérios políticos, e não técnicos, para a definição dos servidores que iriam se desligar do Serviço Público Federal.

O fato é que o efeito da Anistia, que deveria ser imediato, se postergou pelo transcurso de vários anos, em face da injustificada demora do Poder Executivo em cumprir o disposto na Lei nº 8.878/94. Essa lentidão do Executivo jamais poderá ser imputada ao funcionário anistiado, e muito menos lhe trazer prejuízo em sua esfera jurídica.

Apesar de translúcida tal informação, na prática não foi o que ocorreu, pois independentemente de as demissões ou exonerações terem sido efetivadas entre 1990 e 1992,

⁷ Estabelece o Regime Jurídico Único.

⁸ Restabeleceu a redação inicial do artigo 39, revigorando o Regime Jurídico Único de que trata a Lei nº 8.112/90 para todos os servidores públicos federais.

⁹ Criou-se uma nova instância revisora, superior à Comissão Especial de Anistia, que foi a Comissão Interministerial para o reexame dos processos anistiantes de que trata a aludida Lei nº 8.878/94.

¹⁰ Aos litigantes, em processo judicial e administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

¹¹ A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

o retorno aos vínculos anteriormente ocupados somente se efetivou a partir de 2009, ou seja, tardiamente, após o transcurso de vários anos. Piorando a situação fática dos empregados anistiados, os mesmos foram convocados para reassumirem as suas funções, retornando ao vínculo anterior, nas mesmas condições em que se efetivaram suas demissões, respeitando o recebimento do último salário, corrigido monetariamente, sendo reassinados os contratos de trabalho, em total afronta ao que vem estatuído no Artigo 243, § 1º, da Lei nº 8.112/90¹².

Essa ilegal situação jurídica, contrária ao que vem estabelecido naquele artigo, foi implementada pela Instrução Normativa nº 3, de 8 de março de 1995, do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado, assim redigido, *litteris*:

1 - Os servidores que à época da demissão ou exoneração eram ocupantes de cargo efetivo pertencente aos planos de classificação de cargos da Administração Direta, autárquica e fundacional, retornarão ao cargo correspondente, no mesmo nível, padrão ou referência em que se encontravam (BRASIL, 1990).

2 - Os empregados que à época da dispensa ou demissão eram titulares de empregos permanentes regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, não podem ser enquadrados em cargos públicos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, tendo em vista a vedação de provimento derivado, conforme o disposto no artigo 37, II, da Constituição e as decisões do Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade¹³. Conforme visto acima, a implementação dessa Instrução Normativa prejudicou o dispositivo do Estatuto do Servidor Público Federal, causando o maior equívoco ao confundir a transformação de emprego público, a que alude o Artigo 243 da referida Lei, com o provimento derivado, que é outro instituto totalmente diverso daquele, haja vista que a Lei de anistia corrigiu a prática inconstitucional perpetrada pela Administração Pública.

Outro grave erro pela Administração Pública consiste em não transformar os cargos dos anistiados de celetistas em estatutários. Tudo isso não ocorreu por culpa dos Funcionários Públicos, que ao serem destinatários da Lei de Anistia tiveram seus direitos restabelecidos pelo Poder Público, que mesmo em mora, retroagiu a situação funcional dos mesmos à época

¹² “Ficam submetidos ao regime jurídico instituído por esta Lei, na qualidade de servidores públicos, os servidores dos Poderes da União, dos ex-Territórios, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas, regidos pela Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, ou pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, exceto os contratados por prazo determinado, cujos contratos não poderão ser prorrogados após o vencimento do prazo de prorrogação. § 1º Os empregos ocupados pelos servidores incluídos no regime instituído por esta Lei ficam transformados em cargos, na data de sua publicação”.

¹³ ADIN 89, 213, 243, 248 e 391.

das suas demissões, sem que fossem observadas as transformações que as carreiras tiveram no curso dos anos.

Nessa ilegal linha de atuação, a Administração Pública enquadrou os Anistiados com base em uma tabela em extinção, regidos pela CLT, em total afronta às leis que regulam a matéria, visto que não promoveu as transformações que foram implementadas em suas carreiras, congelando-os financeira e funcionalmente, ou seja, em vez de implementar uma Anistia plena, com reparação integral do dano causado, na prática, o Poder Público continua violando os direitos e garantias dos anistiados, pois a readmissão dos mesmos se deu no regime CLT, no respectivo cargo congelado.

Em muitas situações, o antigo cargo já não existe mais, pois a entidade pública na qual o anistiado estava lotado foi extinta ou dissolvida, sucedida pela União Federal - Lei nº 8.029/90¹⁴, dificultando ainda mais a correta aplicação dos direitos dos funcionários públicos revertidos aos seus vínculos públicos. Ao invés de a União anistiar seus beneficiários em tempo hábil, ficou inerte, descumprindo os próprios ideais da Lei.

Em 2008, o Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pela Orientação Normativa nº 4, de 9.06.2008, estabeleceu procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, relativamente ao retorno ao serviço dos servidores indevidamente demitidos ou exonerados, beneficiados pela Lei nº 8.878/94.

De forma ilegal, o art. 4º, da Orientação Normativa nº 4/2008 (BRASIL, 2008), assim dispõe:

Art. 4º - O retorno do servidor ou empregado dar-se-á exclusivamente no cargo efetivo ou emprego permanente anteriormente ocupado, ou naquele resultante da respectiva transformação independentemente de vaga para o cargo ou emprego, mantido o regime jurídico a que estava submetido antes de sua dispensa ou exoneração observados os seguintes critérios. (ORIENTAÇÃO NORMATIVA MPOG/RH Nº 4, DE 09 DE JULHO DE 2008). Estabelece procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, empresas públicas e sociedades de economia mista sob controle da União, relativamente ao retorno ao serviço dos servidores e empregados beneficiados pela anistia de que trata a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994 (BRASIL, 2008).

Assim, para prejudicar os funcionários beneficiários da lei de anistia, foram criadas normas que violassem os direitos desses trabalhadores no retorno, contrariando o que a Lei 8878/94 dispõe, atando os empregados ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho –

¹⁴ Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências.

CLT, vinculando-os ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de que tratam as Leis n^{os} 8.212¹⁵ e 8.213¹⁶, ambas de 24 de julho de 1991. Tal ato é totalmente ilegal, como já dito alhures, pois a readmissão dos anistiados, após todo o transcurso de suas demissões, não pode se efetivar sob o regime da CLT, porquanto o § 1º do artigo 243 da Lei nº 8.112/90 transformou os empregos em cargos públicos.

Portanto, os empregos públicos dos anistiados, até mesmo aqueles oriundos de Sociedade de Economia Mista ou de Empresa Pública, deveriam ser transformados em cargos públicos, pois com a extinção delas os mesmos passariam para os quadros da União Federal antes da edição da Lei nº 8.112/90, e, via de consequência, teriam seus empregos transformados em cargos públicos.

Inobstante tal determinação legal, é de se destacar que apesar da redação originária do artigo 39¹⁷, da CF, que estabeleceu a necessidade da instituição de Regime Jurídico Único para o serviço público federal, regulamentado pela Lei nº 8.112/90, com o advento da Emenda Constitucional nº 19/98¹⁸, foi extinta tal obrigatoriedade, pelo que novamente foi possível coexistirem novamente os regimes de contratação estatutários e celetistas, visto que foi abolido o Regime Jurídico Único. Contudo, por vício formal na votação da EC nº 19/98, o STF, pela Adin 2135 MC, restituiu a redação inicial do art. 39, da CF, não permitindo novamente a contratação de servidor público pelo regime da CLT, voltando a vigor o único regime estatutário, a que alude a Lei nº 8.112/90.

Isso porque, pela nova redação do art. 39, da CF, o STF, por força de medida liminar, na ADIN 2135 MC, confirmado em seu julgamento, determinou o retorno do Regime Jurídico Único, regulado pela Lei nº 8.112/90. Portanto, o retorno dos anistiados ao regime CLT, além de afrontar o que vem estatuído na Lei do Servidor Público, fere também o *caput* do art. 39, da CF, que preconiza pela existência do RJU. O retorno dos anistiados ao vínculo CLT viola também o art. 2º, da Lei de Anistia¹⁹. Assim sendo, os anistiados deveriam ter seus empregos, vínculos CLT, transformados em estatutários, na forma do Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União.

¹⁵ Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

¹⁶ Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

¹⁷ Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

¹⁸ EC 19/98. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.

¹⁹ O retorno ao serviço dar-se-á, exclusivamente, no cargo ou emprego anteriormente ocupado ou, quando for o caso, naquele resultante da respectiva transformação.

Além de evidenciar a situação atual dos “anistiados” na UFRRJ, a presente proposta de trabalho visa abrir mais uma frente de estudo sobre identidades culturais e representações coletivas, a bem do Serviço Público Federal no que diz respeito à gestão de pessoas em uma dimensão mais reflexiva e democrática. Para procurar atingir esse objetivo, iremos refletir a partir das narrativas dos funcionários envolvidos sobre as suas condições e percepções atuais.

CAPÍTULO II

3 NARRATIVAS, MEMÓRIAS E IDENTIDADES DOS ANISTIADOS.

A intenção deste capítulo é apresentar considerações acerca do estudo das narrativas, que mostram, através dos diversos modos, como o homem experimenta o mundo, contando suas histórias de vida ou ainda construindo e reconstruindo histórias pelo método da investigação, bem como, conhecer as várias faces do processo de construção das memórias sejam coletivas ou individuais e também aproximar-se do fenômeno da construção das identidades do grupo, objeto da nossa investigação, ou seja, aprofundar a compreensão dos elementos que norteiam a pesquisa em questão.

3.1 Narrativas

Em um artigo apresentado na Conferência Internacional de Investigação em Educação sobre Narrativas em Educação (2005), a autora Cecília Galvão nos faz entender que toda a atividade humana envolve o uso da linguagem. Esta pode concretizar-se sob a forma de textos orais ou escritos e pode constituir um método poderoso de investigação. Na fala de Stephens (1992) citado pela autora, as narrativas constituem-se a partir da imbricação de três componentes: História – abrange as personagens envolvidas em determinados acontecimentos, num espaço e tempo determinados e possibilita uma primeira interpretação do que é contado; Discurso – forma específica como qualquer história é apresentada; Significação – uma interpretação de segundo nível que o ouvinte/leitor/espectador obtém a partir do inter-relacionamento da história e do respectivo discurso. A diferença entre a história e a narrativa consiste que a primeira é constituída pelo fenômeno, enquanto que a segunda é concretizada através do método que a investiga e a descreve.

Narrativa é o estudo das diferentes maneiras como os seres humanos experienciam o mundo. Pode-se dizer que as pessoas têm histórias e contam histórias das suas vidas, enquanto o investigador que utiliza o método da narrativa as descreve e faz construção e reconstrução das histórias pessoais e sociais, de acordo com um modelo interpretativo dos acontecimentos. Assim, “Damos diferentes status de realidade a experiências que criamos a partir de diferentes encontros com o mundo” (GALVÃO, 2005 apud BRUNER, 1991 p. 328).

Galvão (2005) em conformidade com Casey (1995) afirma que os conceitos de narrativa estão sendo cada vez mais utilizados por investigadores nas ciências sociais e em educação. A investigação pela narrativa está em todas as suas diferentes manifestações,

profundamente implicada em conflitos contemporâneos relacionados com teoria, metodologia e política educativa. Mais do que um paradigma novo, representa a existência de uma era pós-paradigmática, em que novas configurações emergem ao mesmo tempo em que se mantêm as existentes formulações e várias versões se desconstroem e se recombina.

Sob o termo de investigação narrativa incluem-se várias perspectivas, desde a análise de biografias e de autobiografias, histórias de vida, narrativas pessoais, entrevistas narrativas, etnobiografias, etnografias e memórias populares, até acontecimentos singulares, integrados num determinado contexto. Narrativa tem, no entanto, sempre associado um carácter social explicativo de algo pessoal ou característico de uma época.

O método da narrativa é constituído por uma investigação rica em termos de experiência humana, pelas interações que se estabelecem entre todas as pessoas envolvidas no estudo, ela torna-se exaustiva pela necessidade de aprofundamento na coleta de informação e difícil pela conjugação necessariamente coerente de todos os elementos passíveis de análise. Existem três patamares que compõem a narrativa: o primeiro é a narrativa como método de investigação que pressupõe uma postura metodológica firmada na interação entre investigador e participantes, um jogo de relações baseado na confiança mútua e na aceitação da importância da intervenção de cada um na coleta dos dados e na sua interpretação.

É indispensável no relato, fornecer ao pesquisador os dados o mais aproximado possível da sua realidade por parte dos investigados. Ultrapassados os primeiros obstáculos, as fases de coleta são morosas e exigem uma dedicação quase constante, uma vez que a análise é, em grande parte, simultânea, para que haja um retrocesso da informação coletada e interpretada junto dos sujeitos que viveram as experiências, resultando num texto em que haja participação na sua própria construção.

O segundo enfoca a narrativa como método de análise em que pressupõe o domínio de técnicas linguísticas de interpretação dos textos recolhidos, baseadas em análise semântica que dê sentido quer ao discurso dos narradores, quer aos propósitos da investigação. Qualquer das técnicas de interpretação que se utilizem tem de ser bem fundamentada, sendo as opções sociológicas, antropológicas ou psicológicas, ditadas pela ênfase que se dá à investigação, de acordo com os problemas de partida.

A escolha de uma técnica e a sua aplicação exige a interpretação do discurso, de acordo com lógicas racionais preestabelecidas, mas tem de deixar também em aberto a possibilidade de existirem outras interpretações, pois o próprio método de análise tem de ser explicado de uma forma acessível e clara aos leitores. Qualquer das opções que se utilize não é fácil, pois exige um estudo prévio do método de análise em si mesmo, e das possíveis

implicações da escolha feita, relativamente à rejeição de outros métodos de análise. A narrativa como relato de investigação pressupõe a escolha do que parece ser um discurso claro e coerente para que a história tenha sentido e credibilidade para quem lê.

A narrativa constitui um método importante para certos tipos de investigação, ou como sugerem os especialistas, para o estudo de determinados acontecimentos que compõem uma investigação, não excluindo outras formas quer de coleta de dados, quer de análise das informações coletadas. Ao se recorrer às narrativas como forma de relato da realidade experienciada por um indivíduo ou pelo próprio pesquisador, é necessário um conjunto de qualidades humanas a ter em conta, como uma grande capacidade de interação com o outro, que implica disponibilidade psicológica para ouvir, uma capacidade de resposta rápida às exigências constantes de uma investigação interativa no terreno e uma capacidade de transmitir ao papel as experiências analisadas, cumprindo os requisitos que exigem as histórias significativas e os relatos científicos.

A autora corroborando com Elbaz-Luwwich (2002), afirma que: “como investigadores devíamos aprender a dar atenção aos pormenores que têm o poder de fazer avançar uma história, ou de fazê-la mudar de direção, porque são estes os pontos por meio dos quais a identidade se desenvolve” (LUWWICH-ELBAZ 2002, apud GALVÃO, 2005, p.343).

O terceiro patamar vê a narrativa como processo de investigação e permite-nos aderir ao pensamento experiencial do entrevistado, ao significado que dá às suas experiências, à avaliação de processos e de modos de atuar, assim como permite aderir aos contextos vividos e em que se desenrolaram as ações, dando uma informação situada e avaliada do que se está a investigar.

Segundo as autoras Silva e Costa (2010), a história do ser humano é feita de fases que se iniciam na infância se prolongam até vida adulta e são constituídas de acontecimentos e experiências que nos tornam sujeitos históricos, favorecendo uma interpretação e narração das experiências que são geradas de acordo com nossas crenças e valores. Assim, as histórias que contamos desde os primórdios de nossa existência são meios que encontramos para tentar capturar e traduzir o que vivemos. As autoras corroborando com a mesma visão de dois estudiosos americanos Connelly e Clandinin (1990) que identificaram:

Os seres humanos são organismos contadores de histórias, organismos que individual e socialmente, vivemos vidas relatadas. O estudo da narrativa, portanto, é o estudo da forma como nós, seres humanos experimentamos o mundo. Dessa idéia geral se deriva a tese de que a educação é a construção e a reconstrução de histórias pessoais e sociais: tanto os professores como os alunos somos contadores de histórias e também personagens nas histórias dos demais e nas suas próprias (CONNELLY; CLADININ 1990, apud SILVA; COSTA, 2010 p. 3).

O trabalho com narrativas proporciona uma mediação do conhecimento de si em sua trajetória, o qual oportuniza a reflexão e um entendimento da representação de si, da sua identidade e sua utilização associada à pesquisa. Enquanto abordagem metodológica ou técnica está ligada a dois momentos: a criação da Escola de Chicago – início do século, no seio da crise do funcionalismo e positivismo – e a História oral – movimento que tem sua gênese na *École de Annales*, França, na segunda metade do século passado, a qual defendia as fontes orais como novo instrumento de construção da História.

Avançando a discussão, as autoras Silva e Costa (2010) conceituam a narrativa no contexto da pesquisa em educação, a partir da visão de vários autores que trabalham com a temática. As autoras corroborando com a concepção de Bolívar (1997, p.4) “contar as próprias vivências e ler, no sentido de interpretar, ditos, feitos e ações à luz das histórias dos atores”. Connely e Clandinin (1990) abordam que a narrativa pode ser definida como o estudo das várias maneiras como os indivíduos experimentam o mundo. Nesta perspectiva, observa-se uma valorização das experiências vivenciadas pelos sujeitos e sua subjetividade.

Bruner (1997) citado pelas autoras explicita que a narrativa pode ser considerada um modo de pensamento, tendo em vista que ela surge como um princípio organizador da experiência do homem no mundo social, do seu conhecimento sobre ele e das trocas estabelecidas. São histórias humanas que atribuem sentido, importância e propósito às práticas e resultam da interpretação de quem está falando ou escrevendo. Essas interpretações e significações estão estreitamente ligadas às suas experiências passadas, atuais e futuras.

No que se refere à utilização da expressão história de vida podemos associá-la, segundo as autoras, à formação e investigação, à autocompreensão da pessoa que somos, das aprendizagens vivenciadas e internalizadas em toda nossa trajetória. Os estudos com narrativas são alicerçados nas experiências de vida. Segundo Souza (2006), “nas áreas das ciências sociais, as pesquisas com história de vida têm utilizado terminologias diferentes...” (SOUZA 2006, apud SILVA; COSTA, 2010, p.6). Embora a história de vida tenha sido nas pesquisas na área da educação, mas especificadamente como método autobiográfico, compreendida como pesquisa narrativa ou história de vida. Salienta ainda, que a abordagem biográfica, a partir do trabalho com as histórias de vida ou com as biografias educativas,

desvela-se como uma construção do conhecimento. É importante ressaltar que a abordagem biográfica e a história de vida revelam um movimento no processo de formação tendo como centro as vivências ao longo da vida. Nessa construção, o sujeito quando narra sua história de vida é ao mesmo tempo ator e autor na construção do conhecimento.

As histórias de vida como metodologia de pesquisa que envolve as narrativas, abrem potencialidades para uma autoformação, pois possibilita um investimento na dimensão pessoal do indivíduo, na sua dimensão profissional e também no contexto organizacional, a partir das experiências que construíram em aprendizagem através de uma reflexão ao longo da vida. Aprofundando seus estudos, as autoras revelam como pertinente para a autocompreensão do que somos, das aprendizagens que construímos ao longo da vida, das nossas experiências e de um processo de conhecimento de si e dos sujeitos significativos que mobilizam e tecem a nossa vida individual/coletiva.

Dessa forma, as histórias de vida como metodologia de investigação e formação, buscam uma forma instrutiva e elevada de compreender as conexões entre as experiências que cada um vive ou viveu, possibilitam a reflexão da própria trajetória profissional, contribuindo para uma possível transformação, pois permite compreender o processo de conhecimento e formação ao longo da vida. As autoras, de acordo com Souza (2006):

Na história de vida, diferente do depoimento quem decide o que deve fazer ou não ser contado é o ator, a partir da narrativa da sua vida, não exercendo papel importante a cronologia dos acontecimentos e sim o percurso vivido pelo mesmo. Ainda que o pesquisador dirija a conversa, de forma sutil, é o informante que determina o dizível da sua história, subjetividade e os percursos da sua vida (SOUZA 2006 apud SILVA; COSTA, 2010, p. 8).

A percepção da importância do percurso vivido pelo sujeito não determina o que pode ser dito, mas o partícipe seleciona aquilo que considera relevante narrar sobre sua história, refletindo sobre a experiência vivenciada. Esses aspectos fomentam as pesquisas com as histórias de vida, pois, o instrumento principal nessa abordagem é a voz do sujeito pesquisado, que possibilita uma investigação, uma reflexão e formação. Dessa forma é possível um reencontro do eu comigo mesmo e com outros, com o mundo, as dobras do cotidiano se desvelam e assume a história em diversos ambientes como sujeito da investigação. Nesse diálogo, na relação do eu com o mundo e com a teoria no processo da formação, cria-se conhecimento mais reflexivo e crítico, que alia o senso comum e a prática do dia-a-dia ao conhecimento científico. Na investigação com as histórias de vida é possível

fazer esse confronto entre teoria e prática, visto que, através desta é possível conhecer uma trajetória de formação.

As pesquisas com as histórias de vida trazem importantes contribuições em seu desenvolvimento contemplando a investigação, reflexão e a formação, ressaltando que a formação abrange três dimensões que o indivíduo está imerso: a pessoal, a profissional e o contexto organizacional que implicam nas relações sociais que são vivenciados e ao longo da vida.

A análise da narrativa pressupõe a exploração não só do que é dito, mas também de como é dito. Olha-se para o conteúdo e para a forma, podendo examinar-se o modo figurativo como a linguagem é usada. Metáforas, analogias, semelhanças e outros tipos de imagens, fornecem indicações sobre um significado diferente do que é dito.

É relevante na pesquisa com narrativas compreender não só o pensamento verbalizado na fala dos interlocutores, mas também a forma que este é apresentado ao narrar, bem como as mensagens ocultas.

As pesquisas baseadas nas narrativas contribuem para a superação da racionalidade técnica como princípio único e modelo de formação. O pesquisador que trabalha com narrativas interroga-se sobre suas trajetórias e seu percurso de desenvolvimento pessoal e profissional, mediante a escuta e a leitura da narrativa do outro. É uma pesquisa que deve considerar a reciprocidade e o entendimento dos sujeitos como parceiros no processo de investigação entre o pesquisador e o pesquisado, pode basear-se em várias histórias, a produção do material pode ser individual ou em grupo e são várias as técnicas para mobilizar as histórias de vida e fazer as análises.

3.2 Memória

O autor Nora (1993), enfatiza que a memória é um tema relevante pela sua falta e que a curiosidade pelos lugares onde ela se cristaliza e se refugia está ligada a um momento particular de nossa história e em consequência disso há um esfacelamento da memória que se confunde com uma ruptura com o passado. Existem locais de memória por causa da derrocada dos meios de memória.

A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. Diante do absoluto que constitui a memória, o historiador adquire consciência do relativo da sua ciência, esse processo

historiográfico implica na perda de identidade da história com a memória na medida em que se questionam os meios pelos quais são elaborados os materiais pesquisados, as interpretações, os procedimentos dessa produção. A historiografia é definida como a história da história como uma das mais fortes tradições coletivas, representando uma memória particular.

A primeira é social, coletiva, globalizadora; enquanto a segunda é psicológica, individual e subjetiva. A passagem da memória em história se reveste de um caráter individual que é o intencional de uma memória vivida, mas a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida. Voltando à problemática dos lugares de memória, estes lugares nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, por isso é preciso criar e preservar lugares como os museus, bibliotecas, centro de documentação de banco de dados, enfim se institucionaliza “a memória de papel”, por isso ocorre uma inibição do destruir cujas consequências são o reforço das instituições de memória, sua materialização e democratização, na qual sem essa vigilância de nada deixar escapar, a história depressa os varreria. Tais lugares são os bastiões sobre os quais se escora, porém se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria necessidade de construí-los e se a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória.

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e nesse sentido, ela está em constante evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconscientes de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

3.3 As memórias coletivas e a construção das identidades

Em suas indagações, Michel Pollak (1989) observou que pesquisas que envolvem entrevistas em história oral, o que se recolhe são memórias individuais ou coletivas, porém o problema maior é saber como interpretar esse material.

Os pesquisadores que já realizaram entrevistas de história de vida perceberam, ao longo de algum tempo, que quando a cronologia não é obedecida, os entrevistados voltaram várias vezes aos mesmos acontecimentos como algo imutável em que há elementos irreduzíveis por causa da importância, da gravidade, ocorrendo com isso a solidificação da memória. Existem elementos que se tornam reais, passando a fazer parte da vida da pessoa, assim como há outros que passam a se modificar em função dos interlocutores.

Esses são os elementos constitutivos da memória: acontecimentos vividos pessoalmente, os vividos por tabela ou grupo; neste caso há de se falar que, nem sempre a pessoa participou porque o evento se deu fora do espaço-tempo dela ou do grupo, porém é possível que por meio da socialização política ou histórica ocorra um fenômeno chamado projeção ou identificação com determinado passado que se tornou tão relevante que ainda é pertinente falar em uma memória quase herdada.

A memória é constituída por acontecimentos, pessoas e lugares, estes estão ligados a uma lembrança que tanto poderá ser pessoal, mas que pode não estar apoiado no tempo cronológico como a lembrança de um lugar de férias que marcou tanto na memória daquela pessoa que independente da data real em que se deu ela está sempre presente.

Algumas memórias podem fazer parte da herança da família que vem a se transformar em sentimento de pertencimento. Os critérios aqui tratados que são os acontecimentos, personagens e lugares podem acontecer direta ou indiretamente; neste último caso pode-se tratar da projeção de outros eventos que Pollak (1989) exemplifica citando que em algumas regiões da França há confusão em fatos ligados às duas Guerras Mundiais e que, em certas regiões o número de vítimas foi tão grande na Primeira Guerra que ficou marcada como a mais devastadora e em consequência alguns grupos assimilaram os mortos da Primeira aos da Segunda e até mesmo acharam que houve apenas uma grande guerra.

Na busca incansável do autor em tentar entender esses fenômenos chamados projeções, em uma série de entrevistas feitas acerca dos acontecimentos em diferentes períodos na França, ele usa como exemplo uma dessas entrevistas sobre a guerra da Normandia que foi invadida em 1940 pelas tropas alemãs e a primeira a ser libertada; nela foram descobertas pessoas que na época do acontecido eram basicamente adolescentes e que em seus relatos se lembravam dos soldados alemães com capacetes pontudos, porém foram os prussianos que usaram esse tipo de capacete na Primeira Guerra, ou seja, esses relatos eram, portanto uma falsa memória denominada uma transferência por herança.

Pollak (1992) vai além demonstrando as diversas projeções que a memória pode ter em relação a eventos, lugares e personagens e aponta o problema dos vestígios datados da memória, quer dizer, o que fica gravado como data precisa de acontecimento, isso gira em torno da inscrição na vida pública ou privada, datas que ora vão ser assimiladas, separadas ou vão faltar nos relatos.

O autor nos ensina que a memória individual é um fenômeno construído pelo fato de ela ser organizada em função das preocupações pessoais e políticas do momento e torna-se evidente no resultado de um verdadeiro trabalho de organização em que ela grava, recalca,

exclui. Aprofundando ainda mais o estudo, o autor nos revela que em todos os níveis seja individual, coletivo e até mesmo a memória herdada pode-se dizer que há uma ligação estreita entre memória e sentimento da identidade que são a unidade física, pertencimento ao grupo e sentimento de coerência em que esses três diferentes elementos são unificados e sua importância é que eles se tornem apenas um, e quando houver uma ruptura do sentimento de unidade ou continuidade, o que se observa são fenômenos patológicos.

O autor chega a dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva na medida em que ela é importantíssima para o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou grupo na reconstrução de si.

Já Le Goff (1990) começa enfatizando que a história não é uma ciência como as outras e se reporta àqueles que não a consideram uma ciência. Falar de história não é fácil, mas estas dificuldades de linguagem introduzem-nos no próprio âmago das ambiguidades da história. A palavra história vem do grego antigo *historie* que quer dizer “procurar saber”, “investigar”, mas nas línguas românicas (e noutras), 'história' exprime dois, senão três, conceitos diferentes: primeiro "procura das ações realizadas pelos homens" que se esforça por se constituir em ciência; segundo, a ciência histórica - o objeto de procura que os homens realizaram. Concordando com Veyne, "a história requer uma série de acontecimentos, requer a narração desta série de acontecimentos" (VEYNE, 1968 apud LE GOFF, 1990, p. 13).

Mas a história pode ter ainda um terceiro sentido, o de narração. Uma história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na "realidade histórica" ou puramente imaginária – pode ser uma narração histórica ou uma fábula.

Para o autor, conceito de historicidade desligou-se das suas origens "históricas", ligadas ao historicismo do século XIX, para desempenhar um papel de primeiro plano na renovação epistemológica da segunda metade do século XX. A 'historicidade' permite, por exemplo, refutar no plano teórico a noção de "sociedade sem história", refutada por outro lado pelo estudo empírico das sociedades estudadas pela etnologia (LEFORT, 1952 apud LE GOFF, 1990, p.14).

A historicidade obriga a inserir a própria história numa perspectiva histórica. “Há uma historicidade da história que implica o movimento que liga uma prática interpretativa a uma práxis social” (CETEAU, 1970 apud LE GOFF, 1990, p. 14). Um filósofo como Paul Ricoeur vê na supressão da historicidade através da história da filosofia o paradoxo do fundamento epistemológico da história. De fato, segundo Ricoeur, o discurso filosófico faz desdobrar a história em dois modelos de inteligibilidade, um modelo de acontecimentos (*événementiel*) e um modelo estrutural, o que leva ao desaparecimento da historicidade: o sistema é o fim da

história porque ela se anula na lógica; a singularidade é também o fim da história porque toda a história se nega nela. Chegamos a este resultado paradoxal: é sempre na fronteira da história, no fim da história que se compreendem os traços mais gerais da historicidade. (RICOEUR, 1961 apud LE GOFF, 1990 pp. 224-25).

Segundo Le Goff (1990), o conceito de memória é crucial. Embora o ensaio analisado do autor seja exclusivamente dedicado à memória tal como ela surge nas ciências humanas (fundamentalmente na história e na antropologia), e se ocupe mais da memória coletiva que das memórias individuais, é importante descrever sumariamente a nebulosa memória no campo científico global.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Deste ponto de vista, o estudo da memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria. (MEUDLERS; BRION E UEURY; FLORES, 1971 1972 apud LE GOFF, 1990).

Certos aspectos do estudo da memória, no interior de qualquer uma destas ciências, podem evocar, de forma metafórica ou de forma concreta, traços e problemas da memória histórica e da memória social (MORIN E PIATTELLI, 1974 apud LE GOFF, 1990).

O processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios [...] e os processos de releitura podem fazer intervir centros nervosos muito complexos e uma grande parte do córtex, mas existe [...] fixação do percurso mnésico. (CHANGEUX, 1972 apud LE GOFF, 1990 p. 356).

O estudo da aquisição da memória pelas crianças permitiu assim constatar o grande papel desempenhado pela inteligência (PIAGET; INHELLER, 1968 apud LE GOFF, 1990). Na linha desta tese, Scandia e Schonon declaram: A característica das condutas perceptivo-cognitivas que nos parece fundamental é o aspecto ativo e construtivo dessas condutas. (SCANDIA E SCHONEN, 1974 apud LE GOFF, 1990, p. 294) e acrescenta:

Podemos, pois concluir que se desenvolveram ulteriores investigações que tratam do problema das atividades mnésicas, integrada ao conjunto das atividades perceptivo-cognitivas, no âmbito das atividades que visam organizar-se da mesma maneira, na mesma situação, ou adaptarem-se a novas situações. E talvez só pagando este preço compreenderemos um dia a natureza da recordação humana que impede tão prodigiosamente as nossas problemáticas" [ibid., p. 302].

Descendem daqui diversas concepções recentes da memória, que põem a tônica nos aspectos de estruturação, nas atividades de auto-organização. Os fenômenos da memória,

tanto nos seus aspectos biológicos como nos psicológicos, mais não são do que os resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui. Alguns cientistas foram assim levados a aproximar a memória de fenômenos diretamente ligados à esfera das ciências humanas e sociais.

A evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, e, ao mesmo tempo, a montante enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista; é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

3.4 As narrativas e a construção das novas identidades profissionais

Segundo Pollak (1992), a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, aos critérios de negociação direta com os outros e assim o autor faz um paralelo entre memória e identidade e mostra que elas podem ser negociadas e que não são essenciais de um indivíduo ou grupo. A valorização em relação à sociedade, nas mais diversas memórias, revelaram-se disputas e litígios entre os próprios subgrupos de deportados.

Além do trabalho de enquadramento há o da própria memória em si. Ele nos faz entender que, quando uma memória está cada vez mais constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, de organização. Esse fenômeno torna-se visível em função da percepção por outras organizações em que é preciso realizar uma arrumação da memória do próprio grupo. Para enfatizar, o autor menciona que “quando a memória e identidade estão suficientemente instituídas, amarradas, constituídas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização não chegam a ter a necessidade de se proceder à arrumação, em nenhum dos níveis sejam coletivos ou individuais”.

Polak (1992) defende que a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita pelo fato de a memória ser socialmente construída e a capacidade de se coletar representações por meio de histórias de vida tornou-se um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa. O problema está na temporalidade e na legitimidade. O autor percebeu também, além do estilo, que os pronomes pessoais usados em relação a acontecimentos e situações de histórias de vida, no conjunto de relatos, que determinado tipo de pessoa utilizava, eram usados como medidores do grau de segurança interna dela.

Os depoimentos e informações não são somente representações do passado, mas também esbarram em questões presentes em que há uma preocupação em saber como lidar com os problemas que daí possam surgir. Então, acredito que se deve ter cuidado, ao se buscar as completas informações ou chegar a um esgotamento do assunto com os entrevistados, pois parece impossível que se obtenham todas as informações a respeito das pessoas que são objetos de pesquisa, embora nos contem bastante a seu respeito. Deve haver a preocupação do pesquisador de se fazer uma reflexão entre memória e identidade, pois, estas podem e devem ser negociadas até porque não pertencem exclusivamente ao indivíduo ou ao grupo.

Já Castoriadis (1982) enfatiza que as significações imaginárias sociais são instituídas pela sociedade como um magma, ou seja, aquilo de onde se podem extrair ou em que se podem construir organizações conjuntistas em número indefinido, mas que não pode jamais ser reconstituído (idealmente) por composição conjuntista (finita ou infinita) destas organizações. E que este magma podemos e devemos chamar de um mundo de significações em que a própria sociedade institui como sendo seu mundo e que ele somente existe para ela.

Assim, o imaginário social é o responsável pela instituição/criação do social histórico através da posição/criação das significações imaginárias sociais, associado à imaginação radical na psique/soma, a responsável pela criação em nível individual. Em suas indagações, o autor Castoriadis (1982) faz uma reflexão do que é a “unidade” e a “identidade”, ou seja, o que unifica uma sociedade e o que é a sociedade de uma sociedade?

O autor nos faz entender que o que unifica uma sociedade é a unidade de seu mundo de significações e o que permite pensá-la em sua *ecceidade*²⁰, é a particularidade ou a especificidade de seu mundo de significações enquanto instituição deste magma de significações imaginárias sociais, organizado assim e não diferentemente.

²⁰ Na linguagem escolástica, aquilo que faz com que uma essência se individualize e esteja presente no mundo.

Para o autor torna-se evidente que uma sociedade não é e nem pode ser, um objeto distinto e definido, nem um sistema qualquer de tais objetos já que isso não é o modo de ser das significações.

Para Castoriadis (1982) também não se pode relacionar as significações imaginárias sociais a um “sujeito” constituído expressamente para “carregá-las”, quer o denominemos “consciência do grupo”, “inconsciente coletivo” ou como quisermos; esses termos foram forjados, e as pseudo-identidades correspondentes construídas, por exportação ou decalque ilegítimos e em função da incapacidade de enfrentar aquilo que é o modo de ser específico das significações. Nesse sentido, também, os termos “representação coletiva” ou “representação social” com os quais certos sociólogos tentaram, corretamente, mas insuficientemente, visar um aspecto do que assim tentamos refletir, são impróprios e podem criar confusão. Geralmente, não se pode reduzir o mundo das significações instituídas às representações individuais efetivas.

Dizer das significações imaginárias sociais que elas são instituídas, ou dizer que a instituição da sociedade é instituição de um mundo de significações imaginárias sociais, é dizer também que essas significações são presentificadas e figuradas na e pela efetividade de indivíduos, atos e objetos que elas "informam". A instituição da sociedade é que é e tal como é enquanto "materializa" um magma de significações imaginárias sociais, com referência ao qual somente indivíduos e objetos podem ser captados ou mesmo simplesmente existir; e não se pode também dizer que este magma é separadamente dos indivíduos que ele faz ser. Não temos aqui significações "livremente separáveis" de todo suporte material, puros polos de idealidade; é no e pelo ser e o ser-assim deste "suporte" que essas significações são e são tais como são (CASTORIADIS, 1982, p.401).

A instituição da sociedade e suas significações correspondentes desenvolvem-se em duas dimensões simultâneas: a dimensão conjuntista-identitária e a dimensão imaginária. Na linguagem, a dimensão conjuntista-identitária corresponde àquilo que ela possui de código. A dimensão imaginária se apresenta na língua, pois as significações não podem ser determinadas, mas a língua possui um potencial de significações indeterminável e indefinido. É esse aspecto que caracteriza uma língua como viva: seu potencial de criação, ou seja, o social-histórico.

Denominamos imaginário social no sentido primário do termo, ou sociedade instituinte, o que no social-histórico é posição, criação, fazer ser (...). O imaginário social ou a sociedade instituinte é na e pela posição de significações imaginárias sociais e da instituição; da instituição como "presentificação" destas significações e destas significações como instituídas. (...) A instituição da sociedade pela sociedade instituinte apoia-se no primeiro estrato natural do dado e encontra-se sempre (até um ponto de origem insondável) numa relação de recepção/alteração com o que já tinha sido instituído. (CASTORIADIS, 1982, p.414).

O mundo das significações tem que ser pensado, não como uma réplica irreal de um mundo real; não como outro nome para um sistema hierárquico de “conceitos”; não como formado pelo quê das representações individuais, não como sistemas de relações que se acrescentariam a sujeitos e objetos plenamente determinados sob outros aspectos e modificariam em tal ou qual contexto histórico, suas propriedades, efeitos, comportamentos. Temos que pensá-lo como posição primeira, inaugural, irredutível do social histórico e do imaginário social tal como se manifesta numa sociedade dada; posição que se presentifica e se figura na e pela instituição das significações. As significações não são, evidentemente, o que os indivíduos se representam consciente ou inconscientemente, ou aquilo que eles pensam. Elas são aquilo, mediante e a partir do que os indivíduos são formados como indivíduos sociais, podendo participar do fazer e do representar/dizer social, podendo representar, agir e pensar de maneira compatível, coerente, convergente mesmo se ela é conflitual.

Dessas reflexões de Castoriadis, podemos considerar que a formação das identidades é obra de um complexo processo de instituições; processo esse que se dinamiza na relação entre os indivíduos e os objetos e valores culturais, mediados pela dimensão histórica na qual os grupos estão inseridos.

No campo da educação, podemos considerar, assim como Paulo Freire (1982) enfatiza e nos faz compreender, que educar é um ato político; é contribuir para que o aluno se posicione politicamente no mundo. Não obstante, entendemos que essa relação não está restrita à educação escolar, muito ao contrário, é uma forma de construção identitária.

Uma vez que a existência humana não pode ser muda ou nutrir-se de palavras falsas, mas de palavras verdadeiras, com as quais os homens transformam o mundo. Para Freire, existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo sabendo que, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, exigindo deles um novo pronunciar, pois, “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 1982, p. 44).

O autor nos faz compreender que dizer a “palavra verdadeira” que é práxis, é transformar o mundo, dizer a práxis não é privilégio de alguns e sim direito de todos os homens. Sendo assim, ninguém pode dizer a “palavra verdadeira” sozinho, nem para os outros, roubando a palavra dos demais. Então, é necessário levar para educação uma visão de libertação, como princípio de formação humana.

Para Freire o diálogo é o encontro entre homens mediados pelo mundo para construir ou reconstruir o mundo, posto que esse mundo esteja sempre se refazendo e para conviver nele. A essência do homem para Paulo Freire é a de um ser criador, um ser que cria em conjunto com outros homens inseridos no mundo, na sociedade e na escola.

O homem é livre para construir um mundo à margem da sua natureza, ou melhor, construir um mundo que se submeta à sua natureza a qual chamamos de sociedade, de história. O homem se diferencia do animal uma vez que este já nasce determinado, faz o que tem que ser feito e não poderia ser diferente, uma vez que em seu mundo não existe criação, nem inovação, enquanto que aquele tem história que pode ser refeita, a situação é diferente uma vez que a marca da história é exatamente o fato de ela ser diferente, ela tem sempre um elemento de não previsto, inovador, inédito.

O processo de enunciação do mundo, por assim dizer, pode ser entendido por Freire na dimensão da construção dialógica das identidades, individuais e coletivas. Esse processo é o que buscamos em nosso trabalho de pesquisa, ao dar voz às narrativas dos sujeitos, sobre suas percepções afetivas e profissionais, como parte do complexo esforço de elucidação das representações coletivas, acreditamos contribuir para compreensão dos objetivos aqui manifestos.

Diante dos argumentos e questões que aqui elegemos como importantes para o nosso esforço de pesquisa e reflexão, é que buscaremos mais adiante no terceiro capítulo, entender melhor a dimensão formativa da UFRRJ a partir do estudo desse caso específico, ou seja, das narrativas dos readmitidos nos quadros funcionais da instituição.

CAPÍTULO III

4 RELATOS DOS SERVIDORES DEMITIDOS DO GOVERNO COLLOR DE MELLO: memórias e perspectivas dos “anistiados”.

Neste capítulo iremos apresentar considerações acerca do estudo de campo proposto nesta pesquisa; através das narrativas colhidas por meio de entrevistas, que formam esse capítulo e questionários, através dos quais tentamos evidenciar não somente a compreensão sobre o processo de demissão, mas também o processo de lutas pelas quais passaram os sujeitos da pesquisa. Lutas essas que, objetivaram o retorno desses funcionários ao serviço, e ocasionaram a entrada deles na UFRRJ, reconstruindo um novo sentimento de pertencimento dos “anistiados” frente aos outros servidores. Ao contar suas histórias de vida foi possível conhecer os vários momentos de todo esse episódio, desde a demissão, sem justa causa, até a situação atual em que se encontram, e, para preservar o grupo e manter o sigilo, esses relatos apresentarão apenas as iniciais dos entrevistados. Ao construir suas memórias coletivas ou individuais nos aproximamos de um entendimento das identidades desse grupo, objeto da nossa investigação, compreendendo com mais profundidade os componentes norteadores da pesquisa em questão.

3.1 Compreensões sobre o processo de demissão

O entrevistado, senhor I. C relata que em 1992 foi o ano de fato em que o presidente Collor de Mello assumiu e fez a Reforma Administrativa com o famoso jargão de “Caça de Marajás”

Que não caçou marajá nenhum, só caçou funcionário de “nível médio” e inchou a empresa com “serviços terceirizados”, e que a máquina que ele dizia que ia enxugar, simplesmente triplicou penalizando milhares de trabalhadores em todo o Brasil, sem critério nenhum; isso tudo em detrimento de um “Estado Mínimo”, de um esfacelamento do serviço público e das empresas públicas para implantar o “Neoliberalismo” que todos viram o que deu na gestão dele, uma vez que quem ditava as ordens aqui no país era o “FMI” (Sistema Financeiro Internacional) que ditava a política econômica (ENTREVISTA, em 02/06/2015).

O senhor I. C. diz que as empresas lucrativas, como a Vale do Rio Doce, Siderúrgica Nacional e outras empresas públicas foram leiloadas, privatizadas, e subavaliadas, e, usando o próprio dinheiro do “BNDES” para estas serem adquiridas, com um pagamento de prazo muito extenso: trinta a quarenta anos, segundo a sua avaliação. Conforme declara o

entrevistado, “o neoliberalismo era isso, uma forma de governo de tirar o poder do estado tornando-o mínimo e entregar nas mãos da iniciativa privada todas as empresas públicas”.

Segundo suas considerações:

No que se refere às demissões só ficaram aqueles que tinham “apadrinhamento político” que eram os de nível superior; os de nível médio geralmente não tinham, havendo, então, uma “moeda de troca”: se a pessoa tivesse um apadrinhamento, ligava e era trocada por outra; era assim que funcionava porque eles queriam número: quanto mais pessoas demitidas melhor seria para o intento desse projeto de estado mínimo. Depois de um ano entraram as “empresas terceirizadas” para os serviços meios como os de limpeza, os de segurança, o administrativo, tudo isso começou a ser terceirizado, porque as pessoas recebiam bem menos, trabalhavam bem mais e não possuíam vínculo com as empresas e com isso os donos dessas empresas também ganhavam, uma vez que geralmente tem um político envolvido nos contratos, empresas indicadas por eles mesmos (ENTREVISTA, em 02/06/2015).

Para o entrevistado, existem injustiças que têm que ser corrigidas, porque quem os penalizou não foi diretamente a empresa e sim a “União”, “o Estado”, e eles não deveriam ser “anistiados de nada”, porque não cometeram crime nenhum, então se fossem anistiados mesmo, como dizem, teriam que ser “ressarcidos”. Daí sua interrogação: “que anistia é essa?”. O servidor expõe outro agravante à situação, pois a lei diz que o funcionário tem que voltar para a empresa de origem, no entanto, abriram lacunas para que ele fosse procurar um “outro órgão”, e mais uma vez seu questionamento, “que anistia é essa que o funcionário tem que vir procurar um órgão, que anistia é essa que o governo não indica você com um planejamento todo”. Ele afirma ser um “paliativo”, pois dão a anistia, mas não vão corrigir os salários, além de, na volta, o cargo anterior já estar extinto. Outra queixa forte e contundente do senhor I. C. é que no contracheque eles são colocados como “subgrupo”, e desabafa: “que subgrupo é esse? Que discriminação é essa?” Afirma, ainda, que essa situação “chateia”, mas que estão felizes por terem voltado, porque assim resgataram uma parte de sua autoestima.

Em conformidade com Fischer (2001) o discurso está cheio de significados, porém que representam as sensações de histórias vivenciadas no cotidiano social e representam histórias, sentimentos, sensações, representativos das práticas sociais, das interações consigo e com o outro.

Nesse sentido, o discurso ultrapassa a simples referência a “coisas”, existe para além da mera utilização de letras, palavras e frases, não pode ser entendido como um fenômeno de mera expressão de algo: apresenta regularidades intrínsecas a si mesmo, através das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria. É a esse mais que o autor se refere, sugerindo que seja descrito e apanhado a partir do próprio discurso, até porque as regras de formação dos conceitos, segundo Foucault, não residem na mentalidade nem na consciência dos indivíduos; pelo contrário, elas estão no próprio discurso e se impõem a todos aqueles que falam ou tentam falar dentro de um determinado campo discursivo (FOUCAULT, 1986 apud FISCHER, 2001, p.200).

Já para o entrevistado M. A. ao relatar o fato ocorrido na época das dispensas, inquieta-se profundamente com a forma pela qual foram abordados para o “ato da dispensa” ao recordar das pessoas escondidas no banheiro, recebendo suas cartas de dispensa por baixo da porta e cita que sempre após a notícia as pessoas tinham que se dirigir à famosa mesa chamada por ele de “juízo de Nuremberg”.

A análise narrativa pressupõe a exploração não só do que é dito, mas também de como é dito. Olha-se para o conteúdo e para a forma, podendo examinar-se o modo figurativo como a linguagem é usada. Metáforas, analogias, semelhanças e outros tipos de imagens, fornecem indicação sobre um significado diferente do que é dito. Em termos de análise, as metáforas podem ser entendidas [...] partilhado. Metáforas particulares podem ajudar a identificar domínios que são familiares aos membros de uma dada cultura, expressarem valores específicos, identidades coletivas, conhecimento partilhado e vocabulário comum (GALVÃO, 2005, p. 335).

Para o entrevistado senhor J. A. este nos diz que foi demitido em 1991 sem justa causa, há quinze anos trabalhando como “maquinista” teve muita dificuldade para se inserir no mercado novamente, uma vez que a empresa onde trabalhava foi “extinta”. Ele relata: “foi um prejuízo muito grande, financeiro, familiar, psicológico, eu considerei uma demissão arbitrária”. O entrevistado narra:

Eu, como tinha certa prática de trabalhar em obra, fui trabalhar inclusive como pedreiro sem carteira assinada, às vezes com carteira assinada, por isso meu INSS está cheio de buracos e assim fico sem previsão de me aposentar porque eu ficava mais tempo trabalhando sem carteira (ENTREVISTA, em 13/04/2015).

E foi dessa forma que aconteceu narra o entrevistado J.A:

Simplesmente começaram a mandar os funcionários embora sem um processo, foram mandadas aquelas com mais idade e mais tempo de serviço, deveria ter tido mais critério com essas demissões, deveriam ter analisado com cautela aquelas pessoas com menos idade, que não tivessem filhos pequenos, aqueles que tinham filhos com necessidades especiais não poderiam ter sido mandados embora, ou seja, eles apontavam o dedo e diziam é esse que vai.

Foi a tal Reforma Administrativa com o intuito de enxugar, eliminar a quantidade de funcionários para privatizar a empresa, eu simplesmente cheguei para trabalhar e o encarregado falou que era para eu me apresentar na estação Barão de Mauá, que hoje está inoperante, para poder assinar o meu aviso prévio, só isso. Eu pensei, chegou a minha vez, até porque eu já estava vendo muita coisa estranha acontecer e como eu não tinha padrinho mesmo, iria embora; mas quem tinha ficava (ENTREVISTA, em 13/04/2015).

Continuando com a narrativa do senhor J. A. este relata que: “o trabalho que eles fazem para privatizar uma empresa é um trabalho lento, passam muitos anos, como na Rede

Ferrovária Federal que veio passar a ser CBTU, o processo foi longo.” Segundo ele quando entrou em 1976 havia vinte e cinco locomotivas, por exemplo, e quando foi demitido, em 1991, eles estavam apenas com oito locomotivas, então o processo foi lento, e realmente provocando um sucateamento dentro das empresas estatais para poder privatizar, e “quando eles querem privatizar eles começam sucateando para poder alegar que aquela empresa não está dando lucro, que não é viável, daí então acontece”. Declara o seguinte:

Bem, pra mim tinha um dedo do sindicato nisso, porque nos anos de 1988 e 1989 todos os auxiliares de maquinistas foram classificados maquinistas, então na folha de pagamento só apareciam maquinistas, ou seja, “onerou” a quantidade de maquinista para a quantidade de trens que tinha, daí por uma determinação superior para que fosse cortado, se eu não me engano, 40 por cento daquele efetivo de maquinista, porque para eles todos eram maquinistas, antes essas pessoas eram “auxiliares de maquinista” e depois houve essa mudança no nome da função que foi para “maquinista auxiliar”, isso aconteceu pouco antes do ano de 1990, e todos se tornaram “maquinistas” por isso a minha dúvida porque existiam os maquinistas concursados e cursados dentro da empresa com anos na função e esses novos que entraram com pouco tempo mudaram para essa “classificação” e quem foi demitido? Somente os mais antigos... que foi o meu caso e esses novinhos que não sabiam operar direito uma máquina ficaram. Teve um caso de um maquinista que faltavam três ou quatro anos para se aposentar e foi demitido enquanto que os novatos ficaram tanto é que na época da privatização eles continuaram na empresa (ENTREVISTA, em 13/04/2015).

Já para o senhor A. L. M. extremamente emocionado, sua demissão durante o governo Fernando Collor de Mello, foi traumática e injusta. Segundo ele, através da “Reforma Administrativa” daquele governo, que tinha a intenção de enxugar a máquina do estado, acarretou a demissão, sem justa causa, de cerca de 150 mil funcionários públicos. O senhor A. L. M. entristecido relata:

Passei vinte e um anos fora, praticamente eu não posso falar que foi um aprendizado, porque não se aprende nada nesse mundo levando uma “pancada”, então a demissão foi uma pancada muito forte pela qual eu, pelo menos, não esperava por causa da minha integridade diante dos trabalhos, pelo cumprimento dos meus deveres, eu esperava sim, cumprir meu tempo, me aposentar com dignidade e ter um salário digno para que eu pudesse hoje estar com minha família tranquila, não do jeito que está. Chefes de família do qual citados como “marajás”, fomos excluídos dos nossos locais de trabalho. Foi um baque emocional muito grande, não pelo dinheiro, mas pela maneira como foi conduzida, porque alguém que trabalhou 24 anos nunca espera por isso, deveriam ter nos preparado para isso, mas não, chegaram e disseram toma aí assina a tua demissão, tudo sem critérios, primeiro eles vieram com uma história de PDI (pedido de demissão voluntária) daí eu disse não me interessa isso (ENTREVISTA, em 30/04/2015).

Isso trouxe para vida de cada uma dessas pessoas, que tinha, até então, uma vida com dignidade – com direito à alimentação, lazer, educação e saúde – muitas dificuldades e por terem perdido esses direitos, muitos deles trilharam um caminho errado porque foram

abandonados por suas famílias. Um grande grupo não teve oportunidade de retornar devido aos problemas de saúde e outros ainda não voltaram devido à questão da publicação da Portaria exigida. Ele ainda afirma que “o ano do meu retorno foi em 2011, muitos [demitidos] até hoje continuam vendendo balas em ônibus, e ainda não conseguiram nada a não ser se viciar”. Ainda segundo o servidor:

O sofrimento da minha família não tem preço que pague, praticamente eles cometeram um crime o qual matou o chefe e a família morreu junto, só que com uma diferença, nós fomos enterrados vivos e continuamos uns mortos vivos porque não nos deram o que deveriam ter dado, nossos direitos se perderam no passado. Todos os dias, como eu vejo sempre, quando entro no Campus de Nova Iguaçu, ao chegar perto da viatura que trabalho, daí eu vejo o logotipo na porta do carro que é amarelo. O amarelo era para eu me lembrar de uma das cores da “bandeira brasileira”, mas lembro do fubá de tanto que eu comi quando fui demitido, corria em locais de trabalho onde eu mandava currículo ou preenchia ficha, diziam que eu era um bom trabalhador, tinha um excelente currículo, era um ótimo profissional, mas a minha idade 45 anos já não dava mais, então cada vez que eu vejo um amarelo eu não me lembro da bandeira brasileira, eu me lembro é do fubá porque foi a coisa que eu mais comi na época da demissão (ENTREVISTA, em 30/04/2015).

Em conformidade com Galvão (2005):

A narrativa como relato de investigação pressupõe a escolha do que parece ser um discurso claro e coerente para que a história tenha sentido e credibilidade para quem lê. Tratando-se de um texto científico e não apenas literário, implica o recurso a normas de escrita, simultaneamente reveladoras dos dados de uma investigação e agradáveis para que o texto seja lido com agrado. Digamos que o prazer da leitura não pode sobrepor-se à pertinência científica da investigação, ao mesmo tempo que a descrição pretensamente objetiva de inúmeros dados não pode ultrapassar a intenção de captar para a leitura (GALVÃO, 2005, p. 342).

Nessa investigação, a escolha da pesquisadora quanto ao relato, para manter o discurso coerente e a sua credibilidade, foi deixar de lado os aspectos mais emocionais optando pela simples colocação dos dados históricos.

Continuando o relato das lembranças da época da demissão, o senhor A. P. P. narra que foi demitido em 1991 e passou exatamente dezenove anos e seis meses fora do serviço público, mas não ficou parado por muito tempo sem trabalhar, e explica: “eu trabalhava no centro de triagem onde controlava a entrada e saída de malotes e documentos, foi uma grande surpresa e bem desagradável a demissão”.

O entrevistado relata que os gestores da empresa vieram informar que estava havendo um enxugamento da máquina administrativa e que seriam realizadas demissões pelo governo na época da Ministra Zélia Cardoso de Melo visando diminuir os compromissos do governo com a folha de pagamento, foi o que ocorreu na verdade. O senhor A. P. P. relata: “eu não poderia ter sido demitido até porque eu era membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e sindicalizado, isso parece ter sido uma grande perseguição política”.

Esse entrevistado, como a maioria deles, ressentia-se desse lapso temporal, que interrompeu suas carreiras, porém, A.P.P. esclarece bem a questão, com exemplos, pois explica que, se não fosse demitido, hoje, por ascensão, poderia ser um Administrador Postal, uma vez que entrou como entregador de carta júnior, e automaticamente foi promovido a carteiro. Alguns anos depois, o entrevistado prestou um concurso para Monitor Postal, depois passou a monitor na área de distribuição e posteriormente foi classificado como Supervisor de Operações Postais. E, se tivesse continuado na empresa, viria a ocupar a função de Técnico Postal, culminando na de Administrador que seria o final de carreira. Porém, segundo ele, “não repararam esse interrompimento [sic] e ficou por isso mesmo”. O entrevistado relata: “esse enxugamento começou a ocorrer a partir de 1990, Collor assumiu e demitiu vários funcionários públicos alegando que era um corte nos gastos públicos, mas para mim foi uma grande perseguição política”. Então, pode-se perceber que por causa de um projeto neoliberal a carreira desse funcionário, como a de muitos outros, foi suspensa e eles gostariam de ser ressarcidos como se tivessem continuado em suas respectivas empresas e não simplesmente retornado com salários e carreiras defasados.

Nesses relatos pode-se perceber e constatar que, como indicam os pesquisadores Castoriadis (1982) e Freire (1987), aparece a memória como reação que os fatos narrados causaram nesses indivíduos, criando um mundo de significações e apresentando o coletivo como o instituído, selecionando o partícipe, aquilo que considera importante narrar.

4.2 Processo de lutas para reparação da demissão

O funcionário I. C. relata que a lei de anistia foi sancionada em 1994, pelo Presidente Itamar Franco e que houve muitos confrontos, principalmente com o Ministro Fernando Henrique Cardoso que era contrário à volta dos demitidos e em função disso editou “medidas provisórias”, “decretos” que impediam esse retorno, criando comissões de revisão de anistia, com o intuito de dar prosseguimento ao “neoliberalismo”, continuando com as privatizações. Por tudo isso ele só retornou, em 2010, após um período de vinte anos afastado do Serviço Público. O entrevistado afirma:

Mesmo assim foi muito difícil, foi muita luta e o grupo viu que precisava fazer alguma coisa para “reverter” aquilo, até porque, o presidente Collor de Mello estava envolvido no emaranhado de “corrupções”, de “falcatruas”, e essa situação originou manifestações nas ruas e nesse foco nos propusemos a tentar combater isso e resgatar os nossos empregos (ENTREVISTA, em 02/06/2015).

O narrador diz que esse período foi angustiante, pois tudo que ele construía e que planejava construir foi destruído, não havendo mais possibilidade de futuro nem para ele, nem para sua família, ficando sem perspectiva e por isso sumariamente a vida se acaba, perde-se a autoestima e a pessoa fica psicologicamente abalada.

I.C. também indica em sua fala que as pessoas que conviviam com eles não acreditavam que um dia voltariam e isso os entristecia muito, pensavam que era uma luta inglória, mas, quem acompanhava e participava efetivamente desse movimento sabia que era possível sim, pela conjuntura política, pelas grandes movimentações e pela opinião pública. Havia à época uma crescente insatisfação com a política econômica, pelo fato de haver também forte destaque na mídia das mazelas do governo, um sentimento de reprovação do governo federal crescia. Em seu desabafo revela:

É melhor morrer lutando do que de fome; é melhor morrer do que vegetar, pois vegetando a dor é maior. É melhor lutar porque não se pode, nessa situação, dar uma condição de vida melhor aos nossos filhos. É melhor a luta para mostrar que o grupo foi injustiçado e tentar reverter todas as injustiças que foram feitas porque não aceitávamos as condições que foram impostas ao grupo com a Reforma Administrativa, que era para enxugar a máquina. O governo afirmava que as empresas eram “deficitárias”, que não davam lucro, mas eu nunca vi alguém ter uma empresa deficitária e querer vender e alguém querer comprar. Um gringo vai comprar uma empresa que dá prejuízo? O Brasil não tem tecnologia, mas tem um bando de “político pilantra” que entregam as riquezas nacionais porque vão se enriquecer com isso e como o país não tem tecnologia isso é uma porta aberta para os países estrangeiros virem para cá explorar matérias primas que existem por aí, veja se o americano quer ir para o Afeganistão? Querem ir para o Iraque que tem bastante petróleo, para o Brasil que tem o petróleo, pré-sal, energia, grande potencial hidráulico (ENTREVISTA, em 02/06/2015).

Corroborando com Silva, G e da Silva, J. (2012) em seu artigo:

“Notas, no entanto, precisam estar colocadas no momento em que se almeja enveredar por qualquer fundamentação teórico-metodológica. Elas dizem respeito ao lugar epistemológico em que se pretende estar os que se atrevem a fazer pesquisa. Deste aspecto é possível entender que o trabalho a partir das apreciações de orientações foucaultianas precisa sopesar, por exemplo, a importância de determinados campos e conceitos, como saber/poder, disciplinamento/governabilidade, história/sujeito, dentre tantos que o diferencia de outros teóricos críticos mais preocupados em trabalhar aspectos como ideologia, infra e superestrutura, estado, políticas e representações”.

[...] estamos começando a trilhar novos e diferentes caminhos, e que estes podem nos levar a descobrir espaços cotidianos de luta na produção de significados distintos daqueles que vem nos aprisionando, há séculos, em uma naturalizada unitária de mundo (COSTA, 2002 apud SILVA, G & DA SILVA J. 2012, p. 4).

Essa fundamentação a que o autor se refere nessa pesquisa foi estabelecida a partir das entrevistas, criando, assim, as categorias apresentadas no capítulo III com as respectivas

fundamentações teórico-metodológicas, para que a vivência do grupo pesquisado se tornasse clara e possibilitasse ao público leitor o conhecimento dos fatos narrados.

O relato do senhor M. A. mostra fatos acontecidos à época acerca do processo de lutas em que “saíam caravanas para Brasília, sendo que numa dessas viagens houve um acidente que marcou nossas vidas, morrendo dois (2) colegas e vinte e nove (29) ficaram gravemente feridos” (figura 01).



Figura 1: anistiados socorrendo os companheiros feridos em acidente/93

O senhor M. A. se emociona ao relatar que “muitas pessoas demitidas no governo Collor cometeram suicídio e outros foram abandonados pelos seus familiares”.

Ele lembra:

Numa de nossas idas à Brasília ocupamos os sétimo e oitavo andares do prédio da Secretaria da Administração, invadimos o gabinete do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira (Figura 2) e arrombamos três portas, mas Bresser e sua equipe estavam fora do prédio em um seminário na ENAP (Escola de Administração Pública), os funcionários do gabinete acionaram a segurança do ministério, que coordenou a retirada de parte dos anistiados e outra parte do grupo permaneceu nos corredores do prédio reivindicando uma audiência com o ministro (ENTREVISTA, em 28/03/2015).



Figura 3: demitidos em protesto lavando a bandeira brasileira na rampa do Planalto.

O ex-presidente Itamar Franco não queria sancionar a lei, segundo o senhor M. A. em sua narrativa conta que:

Nós pressionamos e dissemos agora você vai dar e se não der nós vamos invadir, estávamos muito violentos, no dia, eles colocaram polícia federal, helicóptero e nós dissemos se não fizerem a lei não vai sair daqui nenhum vivo, vocês é que sabem, vão ser todos mortos, daí fizeram a lei naquela pressa e quem está falando isso está aqui agora (ENTREVISTA, em 28/03/2015).

O senhor M. A. emotivo diz:

O algoz de aproximadamente 150 mil demitidos por um conceito de Estado Mínimo e cassação de marajás foi Fernando Collor de Mello autor da reforma Collorida ele foi tirano e fez o jogo do Grande Capital no Brasil. O Collor fez sim, claro que houve uma pressão externa na economia e nas empresas nacionais, são as chamadas alianças, havia um conluio entre as forças de direita e o capital estrangeiro no desmonte do Estado Brasileiro para que fossem entregues as empresas estratégicas e estatais aos grandes grupos econômicos. E depois de tanta luta foi sancionada a lei 8878/94 é uma lei histórica e eu estou embutido nela, tanto é que as fotos não mentem isso é uma lei histórica e ninguém prestou atenção nisso, fomos nós que criamos essa lei com a luta e quando foi criada as pessoas batiam palmas nos agradecendo (ENTREVISTA, em 28/03/2015).

Segundo Fischer (2001) nos faz compreender que ao retratar o que foi dito, você deve se debruçar sobre esse campo e colocá-los na relação com os outros. É pegar as palavras e pensar porque ela é que foi usada e não outra; que posições do falante a levaram a usar esta e não aquela e assim se tornar sujeito daquilo que quer transmitir.

Multiplicar relações significa situar “as coisas ditas” em campos discursivos, extrair delas alguns enunciados e colocá-los em relação a outros, do mesmo campo ou de campos distintos. É operar sobre os documentos, desde seu interior, ordenando e identificando elementos, construindo unidades arquitetônicas, fazendo-os verdadeiros monumentos. É perguntar: por que isso é dito aqui, deste modo, nesta situação, e não em outro tempo e lugar, de forma diferente? É investigar sobre as posições necessárias ao falante, para que ele efetivamente possa ser sujeito daquele enunciado (FOUCAULT, 1992 apud FISCHER, 2001 p. 205).

O senhor J. A. revela a luta para sobreviver após ter perdido seu emprego, diz ele:

Foi horrível porque o desemprego tinha tomado conta do país, em todo lugar que eu ia buscar emprego não tinha, primeiro que quando você passa quinze anos conduzindo trem, ficou difícil voltar a exercer a função que outrora fazia, daí eu tive que arrumar outro tipo de serviço para ganhar menos que o salário mínimo e tive que sobreviver com isso, fazendo “biscate”, descarregando caminhão como chapa em transportadora, eu fiz para ganhar o sustento para os meus filhos (ENTREVISTA em 13/04/2015).

A luta foi grande, os desempregados iam para Brasília com o objetivo de corrigir a injustiça praticada por Collor. Segundo o entrevistado, “como todos sabem, Collor foi um dos presidentes mais nefastos que o Brasil já teve”. Por isso reintegrar esse pessoal era o mínimo que se esperava naquele momento em que a sociedade queria passar o país a limpo, apostando na democracia, na ética, na transparência.

Naquele contexto era tudo ou nada, os demitidos faziam caravanas com ajuda das pessoas que estavam a favor de um encaminhamento sério e competente para corrigir os erros do passado.

Segundo o entrevistado:

Lutamos para acabar com as injustiças, as fraudes, as aventuras e irresponsabilidades que Collor fez colocando o país na miséria absoluta, lutamos contra as privatizações, fazíamos manifestações pelo Rio de Janeiro também, até porque o grande desmonte foi aqui. Tentamos evitar que os próximos governos seguissem o estilo Collor, da “megalomania”, da “modernidade” a um alto custo social, dos pretextos de enxugar a máquina federal ao preço de demissões, de doar as estatais ao capital privado”. Quando vimos parlamentares com postura de firmeza democrática votando a favor do projeto da anistia dos demitidos para que milhares de companheiros colocados na rua arbitrariamente pudessem voltar ao trabalho, vem o ministro Fernando Henrique Cardoso com a leviandade de chamar o Congresso de irresponsável querendo impedir a arbitrariedade de Collor. FHC mostrou sua cara assim como Collor querendo empurrar goela abaixo da nação seu projeto “Neoliberal”, de aumento dos impostos, de arrocho salarial, de desmonte da saúde, educação ao cortar o orçamento dessas áreas prioritárias (ENTREVISTA em 13/04/2015).

O senhor A. L. M. se emociona ao relatar:

Eu colhi muito “dinheiro”, “ticket refeição” e “vale-transporte” ali na Radial Oeste, quando o sinal fechava a gente pegava uma sacola e uma faixa para arrecadarmos mantimentos e dinheiro para nos custear lá em Brasília, época em que estávamos indo em busca do nosso retorno e transformávamos aquilo que conseguíamos em “cestas básicas” para dar aos colegas que não tinham nada para comer. Lá em Brasília nós dormíamos no relento, depois no Estádio Mané Garrincha, uma vez a deputada Maria Laura cedeu o apartamento dela e lá a nossa comida era angu com carne moída, até que um dia o dono do mercado Venâncio 2000 pegou a gente lá, nos mostrou um corredor e falou daqui a três dias essa comida vai vencer, vocês podem escolher o que for melhor e levar (ENTREVISTA, em 30/04/2015).

E em 11 de novembro de 1994, Itamar Franco assinou e aprovou a lei 8878/94 dando anistia a todos os trabalhadores, “mas as empresas por sua vez resolveram fazer uma “peneira” e os pedidos de retorno dos trabalhadores estavam sendo indeferidos e por isso a maior parte se encontra fora do serviço público”.

O deslocamento do paradigma da consciência para o protótipo da linguagem é representado na apreciação foucaultiana de discurso em que o filósofo questiona as noções de verdade e de subjetividades instituídas pela linguagem e produzidas nas relações de poder. Para ele não há verdade nem sujeitos, mas efeitos de verdade e de subjetividades produzidos pela linguagem e pelo discurso. Neste sentido há uma forte orientação de que o sujeito é resultado de efeitos discursivos (SILVA, G & DA SILVA, J 2012, p. 13).

Trabalhar com a pesquisa a partir das vivências pessoais levou a pesquisadora a estabelecer um modelo de linguagem a ser seguido, e, para tanto foi necessário em alguns momentos, nesse capítulo, usar o discurso indireto, em que a entrevistadora conta aquilo que o entrevistado apresentou, dando a linguagem adequada e em outros momentos manteve o discurso direto utilizando a fala do personagem como citação.

O entrevistado senhor A. P. P. nos faz entender em suas recordações que o processo de lutas para a volta ao serviço público contou com muitos adeptos que iam para Brasília em busca de reivindicar seus empregos, faziam passeatas e ocupavam os prédios da Presidência para tentar uma audiência com os políticos da época. Dormiam nos corredores e era negado o acesso aos banheiros no interior do prédio impedidos por seguranças, mas eles continuavam no propósito e ameaçavam somente deixar o prédio quando as suas reivindicações fossem atendidas. (Figura 4)

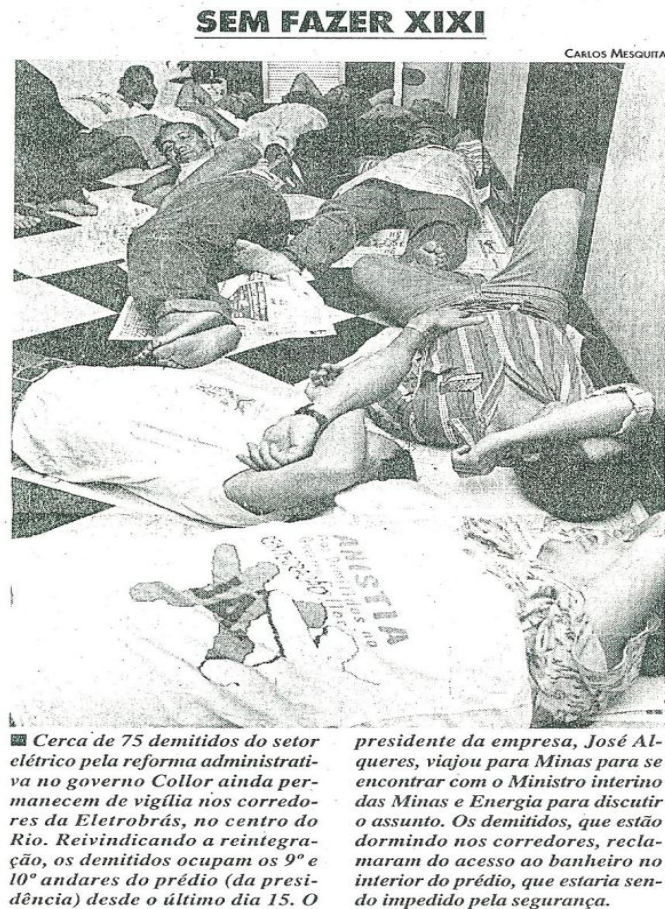


Figura 4: impedidos por seguranças de irem ao banheiro no prédio da Eletrobrás no RJ.

Continuando em seus relatos, o entrevistado senhor A. P. P desabafa:

Foi horrível a forma pela qual fomos demitidos, mas eu tenho um histórico, um currículo do período que informa todas as minhas funções que desempenhei durante o período de desligamento dos Correios, era difícil, mas sempre consegui trabalho aprendi um bocado com a vida, a vida é uma escola. No primeiro momento tive receio, medo, mas depois eu administrei bem, a família auxiliou e compreendeu (Entrevista, 06/05/2015).

Depois de anos de luta surgiu a lei no governo do Itamar Franco, a lei 8878/94 que previa a readmissão dos demitidos, ela surgiu como medida provisória, depois virou lei, muitos já tinham tomado outro rumo, já tinham tirado sua própria vida, revelou o entrevistado. “Em seguida o governo que assumiu a época em 94 pegou os processos e “engavetou” e só foi reaberto no governo Luís Inácio Lula da Silva que viu que fazia jus o retorno”.

O entrevistado diz: “a grande maioria ainda aguarda voltar ao retorno efetivo ao serviço, porém os das outras empresas que foram extintas, estes estão sendo cedidos com base no decreto 6077/2007²¹.”

No que tange ao processo de lutas para a reparação da demissão, os entrevistados formam um grupo que está envolvido, segundo Stephen, referendado por Galvão, em determinados acontecimentos, aqui narrados, possibilitando ao leitor obter significações que surgirão a partir do interrelacionamento da história com os seus discursos através dos dados aqui apresentados, uma vez que são o mais aproximado possível da realidade.

Nesse caso, o grupo não criou o distanciamento necessário para a imparcialidade do processo e a narrativa dos acontecimentos ganhou contornos bastante pessoais, principalmente pelo histórico das lutas travadas, quando se buscava a reparação daquilo que o grupo considerou injustiça.

4.3 Volta ao serviço e conhecimento da situação atual

Ao ser questionado sobre como se sente na UFRRJ, o senhor I. C. nos faz compreender em suas palavras que:

A Rural abriu as portas para nós só que as injustiças não foram corrigidas totalmente e por mais que a Rural nos tenha aberto as portas, recebidos nessa situação, não adianta nos oferecer cursos, porque não estamos inseridos nos programas da empresa, não foi feita uma isonomia decente no nosso salário, não fomos reenquadrados decentemente, não foi dada qualificação nas nossas empresas (ENTREVISTA, em 02/06/2015).

Segundo ele, quem tem que inseri-los numa “evolução” profissional é a sua empresa e não a Rural (UFRRJ), que faz o papel dela como faz com seus funcionários, os cursos da Codep (Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal) são para todos e como eles estão prestando serviços, para a Rural, têm esse direito como outros funcionários, agora, a questão profissional é que “ficamos muito tempo fora e nos colocaram no mercado, deram-nos emprego, mas não capacitaram como deveriam, até porque se estivéssemos dentro de nossas

²¹ Art. 4º- Deferido o retorno ao serviço, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão comunicará a decisão ao dirigente máximo do órgão ou entidade a que estava vinculado o servidor ou empregado, ou, em caso de liquidação ou privatização, ao do órgão ou entidade a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.878, de 1994.

§ 1º O órgão ou entidade, no prazo máximo e improrrogável de trinta dias, contados da publicação do deferimento mencionado no caput, deverá notificar o servidor ou empregado para se apresentar ao serviço.

§ 2º A não-apresentação do servidor ou empregado no prazo de trinta dias contados do recebimento da notificação de que trata o §1º implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço”.

empresas, nós já teríamos chegado a chefe de divisão ou em final de carreira”; para ele, o grupo perdeu muito com méritos e avaliações, deixando de fazer uma faculdade para poder melhorar tanto o salário como intelectualmente.

Por outro lado, muito do que nos é dito é profundamente subjetivo, pois trata-se do modo como aquele sujeito observa, vivencia e analisa seu tempo histórico, seu momento, seu meio social etc.; é sempre um, entre muitos pontos de vista possíveis. Assim, tomar depoimentos como fonte de investigação implica extrair daquilo que é subjetivo e pessoal neles o que nos permite pensar a dimensão coletiva, isto é, que nos permite compreender a lógica das relações que se estabelecem (estabeleceram) no interior dos grupos sociais dos quais o entrevistado participa (participou), em um determinado tempo e lugar (DUARTE, R. 2004, p.219).

O tempo histórico da narrativa apresenta um espaço temporal de aproximadamente vinte anos, em que o grupo passou por grandes transformações tanto profissionais quanto pessoais e esse distanciamento cria nos depoimentos visões comuns a todos e outras diferenciadas, dependendo de maior grau de envolvimento das pessoas envolvidas tanto no momento das lutas quanto no momento da entrevista, cabendo à entrevistadora manter a dimensão coletiva, como a perda da carreira e qualidade profissional, como se pode perceber no relato do entrevistado M. A. ao dizer:

Simplesmente eu sou um empregado de um governo que fui colocado em outra Instituição e hoje estou na Rural, eu não faço o que eu fazia na minha empresa, ou seja, eu fui deslocado de função, a minha função hoje é simples, “estafeta”, ou seja, “pombo correio”, levo recadinho e isso me deixa mal porque não estou fazendo a coisa que mais amei na minha vida, que era a arte brasileira (ENTREVISTA em 28/03/2015).

O senhor M. A. ainda destaca que para o retorno não basta tão somente a Lei 8878/94 anistiando e sim a publicação de uma “Portaria” para a volta dos funcionários ao Serviço Público. Isso permite perceber que ele se sente excluído do processo de retorno, pois diz que: “já veio do governo executivo”. Ele afirma que todo esse processo foi extremamente confuso e por isso muitos deles ainda estão à espera de algum retorno que não sabem se ocorrerá ou não. Nessa entrevista vale também destacar o questionamento feito através da fala “anistiado de quê, pra quê e porquê”. Nela o entrevistado enfatizou “que eles [os demitidos] não têm que ser perdoados de nada, eles não erraram em momento algum, e o governo é que tem que ser perdoado por eles”.

O governo neoliberal marcou tanto a vida do anistiado que ao falar do ex-presidente do Brasil Fernando Collor de Mello ele enfatiza os dois “LLs” que é para nunca esquecer da atrocidade cometida pelo governo da época, “fomos colocados para fora injustamente por um

governo corrupto, aliás corruptor esse é o sentido da palavra corruptor, o qual ele faz de tudo para que você não seja nada”.

O entrevistado ao relatar que existem pessoas com mais de 90 anos trabalhando, ele quer dizer que por causa do tempo perdido sem carteira assinada muitos vão morrer e não vão se aposentar e, além disso, segundo ele, é uma covardia uma pessoa dessa idade ter que ir trabalhar.

O senhor M. A. ao descrever o maior prejuízo que teve com a demissão disse:

Sempre vai ter esse prejuízo porque eu vou levar na mente tudo que se passou comigo e não adianta dinheiro, não adiantam bens materiais, porque o prejuízo foi total depois da demissão, a felicidade que sentimos hoje é muito diferente do que sentíamos lá atrás, hoje está sem sentido, porque a gente queria naquela época, com quem realmente a gente estava que era com os filhos, hoje nós não temos família, ninguém nos visita, ninguém pergunta como estamos. (ENTREVISTA em 28/03/2015).

A perda da família para o entrevistado foi o fato mais relevante. Ao descrever que tinha certeza que voltaria para o Serviço Público Federal disse: “eu sempre confiei que iria voltar, com certeza absoluta, bem na verdade eu voltei três vezes através de liminar, 96, 97 e 98 e saí novamente porque existe uma norma que a empresa pode recusar”.

[...] muito do que nos é dito é profundamente subjetivo, pois trata-se do modo como aquele sujeito observa, vivencia e analisa seu tempo histórico, seu momento, seu meio social etc.; é sempre um, entre muitos pontos de vista possíveis. Assim, tomar depoimentos [...] em um determinado tempo e lugar (DUARTE, 2004, p. 219).

Por isso essa vivência indicada por Duarte (2004) foi objeto da análise no tempo histórico, mas retrata bem o ponto de vista dos fatos, como nos apresenta o senhor J. A., para quem esse resgate é apenas parcial, pois relata que:

Senti muita felicidade em saber que poderia voltar, embora perdurasse uma dúvida, eu não acreditava nessa volta, somente dei crédito depois que um oficial de justiça me acompanhou até a CBTU e a minha carteira foi novamente assinada, o negócio foi tão triste que teve colega que até se suicidou devido à situação precária na demora desse retorno, a pessoa estava acostumado a um padrão de vida e depois se viu sem nada na mão, tivemos que engatinhar por tempo para começarmos a andar novamente; eu me sinto bem na Universidade, agora tenho um salário, não é muito, mas dá para levar a vida, no entanto, poderia estar melhor se o governo reparasse todos os erros que cometeu conosco. Por exemplo, tem colega aqui que está sem função, tem maquinista aqui que está ganhando em torno de mil reais e esse não é o salário de um profissional desse nível, então está muito difícil, eles poderiam dar para nós o final de carreira da função porque em vinte anos que ficamos fora se tivéssemos ficados na empresa com certeza já estaríamos no final de carreira ou mesmo numa função de supervisão e até aposentado (ENTREVISTA, em 13/04/2015).

O senhor J. A. diz: “só não fiquei satisfeito quando fui para a CBTU de Maceió quando eu regressei, porque fui para lá conduzir trem e por uma leve deficiência auditiva fui excluído novamente daquilo que mais amava fazer, me senti marginalizado pela segunda vez”. A primeira quando viu que não voltaria com todos os direitos e nessa, pois não retornaria à sua antiga função.

Entende-se, também sua frustração oriunda da preocupação com seus colegas colocados na mesma situação, já transcendendo para outras possibilidades dentre as ocorridas com ele próprio e com os outros, como indica Foucault, citado por Fischer:

Ao contemplar a tensão entre o Eu e o Outro, nos discursos, Foucault traça um caminho bem diferente para a compreensão do sujeito: afasta-se desse espaço em que se relacionam sujeitos individuais e invade o espaço de uma relação mais ampla, baseada na noção de dispersão do sujeito. [...] constituindo-me provisoriamente um, ambicionando jamais cindir-me, porém a cada fala minha posiciono-me distintamente, porque estou falando ora de um lugar, ora de outro, e nesses lugares há interditos, lutas, modos de existir, dentro dos quais me situo, deixando-me ser falado e, ao mesmo tempo, afirmando de alguma forma minha integridade (FISCHER, 2001 p. 208).

O senhor A. L. M., ao ser questionado sobre como se sente ao voltar para o serviço público, diz que se sente satisfeito, porém volta ao mesmo ponto já citado anteriormente, da injustiça financeira, que viria com a evolução da carreira, ao afirmar que:

A Universidade nos acolheu bem, mas ainda permanecem as injustiças que não foram corrigidas, até porque conforme o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva prometeu nos dar para efeito de indenização quando retornássemos, o pagamento desde 2006 até o dia do retorno, estava previsto pelos menos 5 anos de indenização, todos esperamos e nada”. Sabe que eu acho, já que não vai pagar fala logo e acabe com nossa esperança (ENTREVISTA, em 30/04/2015).

Esses servidores ficaram muito tempo fora e não foram capacitados para o retorno conforme o senhor A. L. M. enfatiza: “não nos capacitamos por causa da situação que nos foi imposta e também não nos sentimos inseridos no quadro de pessoal da Rural, não foi feita uma equiparação, voltamos no mesmo nível em que saímos”. Não lhes deram qualificação nas empresas de origem. Essas empresas deveriam inseri-los na evolução da profissão.

Corroborando com Silva (2012):

Os conceitos de sujeitos autônomos, livres e emancipados, portanto, não passam de discurso cuja tentativa é de desvinculá-los das relações com o poder. Contudo, ao e buscar [...] não estando isento das disputas por regulação e controle (SILVA, G & DA SIVA, J 2012, p. 13).

O senhor A. P. P. em seu relato reivindica o mesmo, ao dizer que:

Eu me sinto bem e estou bem alocado, porém a única coisa que está pendente e que devem ser reparados são os danos morais porque não houve nenhum ressarcimento e a isonomia salarial, equiparação de função para fins de aposentadoria porque os salários estão defasados por causa do nível de função até porque quando eu entrei, iniciei como novo funcionário, enquanto que os funcionários que ficaram estão em final de carreira ou aposentados, embora receba uns anuênios de períodos anteriores, mas não entrei com a contagem de tempo. Desde que eu fui demitido tinha a certeza absoluta que iria voltar e passamos aguardando o governo do PSDB durante 8 anos engavetando os processos, então eu sabia que um dia teria que abrir a gaveta e o governo do PT que veio a reaver os processos e viu que houve uma grande injustiça como hoje eles fazem com a Comissão da Verdade estão reparando os indivíduos que perderam seus entes queridos (ENTREVISTA, em 06/05/2015).

O senhor A. P. P. relata que existem pessoas que perderam a vida, metaforicamente falando, porque deixaram de ter perspectiva de futuro e que outras a perderam no sentido real, pois cometeram suicídio. Muitos não conseguiram voltar, uns por falta de documentação, outros porque não foi publicada nenhuma Portaria, pois não basta ser anistiado, além de anistiado para o retorno ser efetivado tem que haver a publicação da Portaria no Diário Oficial da União, caso contrário ela não tem valor; por isso tem que fazer o pedido, ligar sempre para o sindicato em Brasília, procurando saber na CEI (Comissão Especial Interministerial) para saber em que andamento está o processo, pois ela não prescreve e a qualquer momento se pode publicar.

Essa percepção da situação atual, no grupo, pode ser analisada pelo viés freiriano que indicaria a força para a luta, pois o ser humano é inconcluso e, por sê-lo, parte do grupo quer sair da submissão do instituído perverso da demissão e busca superar-se a partir das contribuições tanto pessoais, quanto profissionais para colocar-se em um novo contexto organizacional.

4.4 Sentimento de pertencimento e relação/posição com outros servidores e com a Instituição.

Segundo narrativa do senhor I. C. a Rural abriu as portas para ele, trata-o bem e ele tem um ciclo de relacionamento muito bom, afirmando que nunca foi discriminado na Instituição e que está satisfeito no trabalho sim, mas profissionalmente não, porque acredita que pode crescer mais, não na universidade até porque os regimes são diferentes, já criam uma dualidade, já é um ponto errado dentro da anistia, e reflete mais uma vez como pode estar dentro de um órgão de Regime Jurídico Único e eles sendo de um regime celetista. Afirma que isso deveria ser corrigido, mas as ordens vêm de cima para baixo, mesmo que isso fira a lei que diz que eles têm que voltar para a empresa de origem.

Também explica que muitos foram deslocados para outras empresas que não as de origem porque elas estão com excesso de funcionários e mais uma vez ele reflete que se é lei tem que ser cumprida, portanto, ou aumentasse o número de funcionários dentro da empresa, ou fizesse um levantamento e talvez tirasse os terceirizados, ou seja, situações que não foram pensadas e analisadas na elaboração da Lei da Anistia, como cita Fischer:

...um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1986 apud FICHER, R. 2001 p. 204).

Ele continua a análise de sua situação na Instituição, afirmando que na Rural, o seu trabalho é um trabalho pré-estabelecido, e que por isso ele não tem meta alguma lá, a visão política e de direito do fato é que essas injustiças sejam corrigidas com muita união, com encaminhamentos políticos, administrativos e pessoas com mais consciência política neste contexto atual precisam estar mais focados nisso e que as leis sejam cumpridas, pois não dá para ficar assim, com a idade avançando nessa ansiedade e nada acontecendo”. O entrevistado afirma que:

As coisas são morosas como se fossem migalhas e espera sinceramente que as pessoas se articulem, pois só através de uma articulação, com o movimento novamente ativo, e negociação diretamente em Brasília com os órgãos competentes, Supremo Tribunal, com o Senado, Câmara, mas parados não dá pra ficar porque já fomos muito penalizados durante 20 anos e o governo tem que rever tudo que estabeleceu e não foi cumprido, e, dessa forma possamos ter uma aposentadoria ao menos digna. Já fomos injustiçados durante esse tempo. Eu espero que se corrija o fundo de pensão dos funcionários para dar uma estabilidade às suas velhices, acrescentando que isso não seria favor nenhum até porque sempre cumprimos com as nossas obrigações, e que nós não somos bandidos e nem saímos do serviço público por roubo ou qualquer desvio, saímos por medidas administrativas arbitrárias (ENTREVISTA em 02/06/2015).

Já para o entrevistado senhor M. A. ao revelar que teve um probleminha na Rural em que uma pessoa achou que ele fosse terceirizado e se achou no direito de levantar a voz para ele, tratando-o mal, como quem diz quem manda aqui sou eu e você não é nada, disse ele:

Só que eu não dei confiança até porque ela é tão Federal quanto eu sou, o que ela deveria era ter perguntado quem sou eu e depois ter dado o tratamento que deveria, então eu me retirei de lá, eu estava com vários processos na mão e acho que quando alguém age assim é porque está com medo de alguma coisa, pensando que você vai furtrar algum documento porque você já vem do Collor, eu percebi uma discriminação indireta, mas também pode não ter havido, eu estou falando no sentido pejorativo da coisa, só pela atitude da moça. Primeiramente eu tenho que agradecer às pessoas que me conhecem, aquelas que vieram, a saber, do meu potencial dentro da empresa de renome internacional, simplesmente eu sou um empregado de um governo que foi colocado em outra Instituição e hoje estou na Rural, eu não faço o que eu fazia na minha empresa (ENTREVISTA, em 28/03/2015).

Para falar em meta, o senhor M. A. entende que a as pessoas deviam estar dentro de um conceito de alguma coisa que fosse compatível com sua qualificação anterior e exemplifica:

Eu sou um artífice, como eu disse eu poderia ter ido trabalhar na Gráfica, mas hoje já não me interessa tanta coisa porque eu já perdi o estímulo, aliás todos perdemos o estímulo, como um cara desses vai pilotar um trem dentro da Rural, então não existe essa possibilidade, onde que um M. A. vai fazer “dinheiro”, “selo” para o mundo. Estamos todos fora, não fazemos o que mais amamos, está tudo sem sentido. O que o governo fez conosco é impagável (ENTREVISTA, em 28/03/2015).

O entrevistado J. A. revela que tem um bom convívio com os servidores da Universidade, gosta daquilo que faz hoje que é manutenção do Instituto, mas que não vê um futuro promissor, pois com a empresa extinta no Rio de Janeiro sabe que nunca mais irá conduzir um trem e que também acha que vai morrer e não vai se aposentar por causa da lacuna na contribuição do INSS, ele diz: “não tenho mais esperança na empresa, única esperança seria me aposentar porque classificação eu não posso mais pegar porque não tem mais operação e como estou cedido não me resta nada, senão esperar algo diferente acontecer”.

A Universidade até poderia qualificar os cedidos para uma função que nos torne úteis, não nos sentimos à vontade numa empresa diferente da de origem, agradeço o acolhimento, mas voltar ao que era antes posso dizer que é impossível, poderia ter uma solução, como por exemplo, formar técnicos em alguma área específica para auxiliarmos na falta de servidores, pois existe um grande déficit em muitas funções para atender toda a demanda (ENTREVISTA em 13/04/2015).

Já para o senhor A. L. M. ao enfatizar:

Nunca posso dizer que me sinto triste, mas algumas coisas fazem com que nós pensemos para trás, essa história de ser chamado de cedido, anistiado isso é uma palavra que entristece muito e muitas pessoas que por ter um cargo de servidor público nos tratam diferentemente, nós não somos “diferentes”, somos “funcionários públicos” e me sinto “menosprezado” por essas pessoas que carregam no peito a nomenclatura de servidor público com arrogância, às vezes eles até nos confundem com “terceirizados”, a impressão que me dá é que estamos vivendo uma mentira daquilo que está escrito no contracheque que pertencemos ao serviço público, não está escrito o que verdadeiramente representamos nesta “Universidade” (ENTREVISTA em 30/04/2015).

O senhor A.P. P. de acordo com seu relato, nos faz entender que o ambiente de trabalho é ótimo, adequado, porém o único questionamento é que a Rural não pode beneficiar eles em nada em termos salariais, não pode reajustar, não fornece um crachá de identificação e o vínculo com a Rural é quase que verbal, os que têm uma função de motorista, passam por constrangimentos no trânsito e não é apropriado as pessoas trabalharem sem crachá.

A Rural teria que reivindicar em Brasília pela nossa efetivação na Rural em final de carreira visto que a maioria tem mais de sessenta anos, a fim de definir a situação visto que atuamos aqui, votamos aqui para cargos de direção o nosso voto tem valor, eu acho que somos limitados aqui, como anistiados nós temos a obrigação do voto, embora mesmo sendo facultativo não sou obrigado a votar mas tenho a revelia do voto, não temos direito ao PNR(Programa Nacional de Residência), se eu quiser me cadastrar para uma casa eu sou vedado, eles dizem você é anistiado, quer dizer eu sou útil para o serviço isso é uma discriminação, porque sou servidor igual aos outros (ENTREVISTA, em 06/05/2015).

Ainda em seu relato, o senhor A. P. P. implora que a alta administração deva lutar para uma definição do pessoal, porque se isso não ocorrer logo, pela idade do grupo, todos morrerão antes da solução.

Essa preocupação fica marcada em todas as narrativas, pois a luta de um é a luta de todos, pois segundo Casey:

A narrativa, como metodologia de investigação, implica uma negociação de poder e representa, de algum modo, uma intrusão pessoal na vida de outra pessoa. Não se trata de uma batalha pessoal, mas é um processo ontológico, porque nós somos, pelo menos parcialmente, constituídos pelas histórias que contamos aos outros e a nós mesmos acerca das experiências que vamos tendo. Decorrente desta visão existe na narrativa uma conotação narcisista que tem a ver com a exposição do “eu”. A necessidade de contar a nossa própria história encerra algum exibicionismo – explorado, hoje em dia, às vezes de uma forma negativa pelos meios de comunicação – que exige voyeurismo de alguém que ouve (GALVÃO, 2005, p. 330 apud CASEY, 1995).

Assim, percebe-se que as narrativas se entrelaçam e possuem pontos de ancoragem, como o fato de o grupo se sentir injustiçado pela maneira como o processo foi conduzido, sendo incapazes de uma análise mais racional, como, por exemplo, ser a demissão um processo natural dentro de qualquer empresa, e, por isso repetem sempre que foram injustiçados no que se refere ao fato de não terem direitos que eles chamam de plenos, como indenização pelos anos afastados, exigindo de quem ouve não o prazer colocado por Casey, mas um compactuar com suas visões, da mesma maneira emocional.

Porém, vale entender que esse foi e é um processo formativo/educativo, cabendo agora ao grupo perceber que é necessário estabelecer a consciência do lugar de pertencimento, deixando, como indica Le Goff, contra idealizar o passado. É preciso entender o que aponta Paulo Freire: “a história tem que ser refeita”, pois a situação, hoje, é outra bem diferente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das observações e análises das narrativas e contato com os sujeitos da pesquisa, ao ouvir suas histórias de vida, pode-se perceber que todos se consideram injustiçados com a forma pela qual foi conduzida a demissão, que tinha como objetivo, na época, implementar promessa de campanha e, transformar o país com medidas de impacto. Foi consenso em seus relatos que todos esperavam o retorno ao serviço público, até porque não foram eles os autores de sua penalidade (demissão).

Sendo assim, o objetivo dessa pesquisa é exclusivamente traçar o histórico dos acontecimentos, tendo como elemento principal a história da luta pelo retorno. Para isso foi necessário incluir fundamentação teórica sobre memórias e narrativas com o objetivo de deixar clara essa trajetória.

Pode-se analisar que essa visão da injustiça ocorre pela maneira como a ação foi conduzida, principalmente pela forma como alguns de seus gerentes conduziram a questão, demitindo sem critério, talvez por falta de profissionais capacitados na gestão dos Recursos Humanos das empresas/órgãos, uma vez que os responsáveis pela dispensa não trataram a demissão como ela deve ser conduzida para que um trabalhador seja demitido/dispensado, uma vez que esse gestor precisa ter determinadas habilidades.

Entre as habilidades pessoais necessárias para um gerente, a habilidade humana deve estar presente no perfil do cargo. A habilidade humana, de acordo com a definição de Chiavenato (2000, p.2) "Consiste na capacidade e discernimento para trabalhar com pessoas, comunicar, compreender suas atitudes e motivações e desenvolver uma liderança eficaz". Assim, trataram de maneira errônea, aplicando a prerrogativa da concessão que veio do governo para enxugar um percentual do efetivo como uma forma de punição, mas não perceberam que além de ser mais um equívoco ato gerencial não só contra os trabalhadores, mas também, para o conjunto da própria Administração inviabilizando totalmente as execuções de suas atividades, ao caçar os vínculos empregatícios desses trabalhadores na política de Estado do ex-governo Collor.

Essas demissões mal planejadas, do ponto de vista da Gestão, não passam pelo processo da Avaliação de Desempenho, que pode ser relacionado a elas de duas maneiras. A primeira é quando a organização não utiliza um programa formal de avaliação de desempenho e a segunda é quando a avaliação é feita por apenas uma pessoa, no caso, o superior imediato.

Ambos os casos se caracterizam pelo alto grau de subjetividade que a avaliação vai conter. Essa subjetividade é prejudicial à organização, uma vez que a avaliação não vai estar

baseada em parâmetros pré-estipulados para todos os funcionários, no caso da falta de um programa de avaliação de desempenho, ou vai apresentar a opinião pessoal ou política do superior imediato. Nesses dois casos, pode ocorrer uma avaliação negativa do funcionário, acentuada se o funcionário tiver algum problema pessoal com o seu avaliador. Baseado no resultado dessa avaliação mal feita, a organização pode acabar demitindo o funcionário sem que ele apresentasse um desempenho que realmente justificasse essa atitude. Essas distorções podem ser contornadas facilmente com a avaliação sendo feita por mais de uma pessoa ou se possível uma reavaliação.

Durante mais de vinte anos, essas pessoas permaneceram excluídas dentro da sociedade brasileira e esse afastamento foi classificado como uma derrota uma vez que houve perdas financeira, familiar, psicológica as quais provocaram nesse grupo um sentimento de abandono, culminando em comportamentos que os motivou pela busca incansável por justiça através dos movimentos feitos por essa massa de demitidos.

Afastado o ex-presidente Fernando Collor de Mello, o novo Presidente da República Itamar Franco cuidou de reconhecer a irregularidade e desnecessidade da política de demissões imposta por aquele presidente, enviando projeto de lei em que anistiava todos os empregados demitidos a pretexto da chamada reforma administrativa, resultando após vários debates, na aprovação da lei 8878/94. Porém esse direito foi postergado e expirou antes que pudesse o processo de anistia ter sido completado com a volta dos funcionários ao serviço e na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso que era favorável à continuação da política neoliberal, em que editava Decretos (1498/1499) criando uma instância recursal não prevista em lei, uma vez que em seu artigo 5º, da Lei 8878/94 a competência recursal e instância final para a apreciação dos pedidos de anistia seria da Comissão Especial de Anistia (CEA/SAF).

FHC, com o fundamento em Súmula do STF nº 473, ignorou na administração o fecho da Súmula arguida em defesa do seu ato, violando um preceito basilar do direito. O teor da matéria sumulada é: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originaram direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvadas, em todos os casos, a apreciação judicial”.

O art. 6º do Decreto 1498 produziu um efeito que tornou abusivo todo o processo de revisão porque susta injustificavelmente, todos os procedimentos administrativos decorrentes das decisões revistas. A Súmula nº 473 deixa claro que a administração só pode anular seus atos quando eivados de vícios, ou seja, enquanto não provado tais vícios, os atos objetos de

impugnação valem e produzem efeitos perante terceiros, o que quer dizer: até que seja provada essa ilegalidade, tais atos devem ser considerados, se for o caso, como tendo produzido direitos adquiridos, inalcançáveis, portanto, por revogação da administração pública, conforme se lê na parte final da Súmula nº 473.

Concernente à nulidade de normas regulamentadoras que contrariem ou extrapolem os contornos da lei, em conformidade com a jurista Hely Lopes Meirelles, o Senhor Presidente da República, “ao editar os decretos 1498 e 1499:

“exorbitou do poder regulamentar, ferindo o princípio constitucional de fiel execução da lei, segundo o qual o regulamento de uma lei deve se restringir ao seu texto, não sendo permitido acrescentar nem subtrair direitos, sob pena de ilegalidade e inconstitucionalidade” (FERREIRA, P. 2011 apud MEIRELLES, H. L. 1977, p. 150).

Dentro das categorias pode-se dizer que as compreensões acerca do processo de demissão foram consideradas pelos entrevistados como uma demissão arbitrária, uma vez que não houve critérios para demiti-los, não foi feita uma preparação para esse ato. Por conta de uma frase de efeito de uma campanha eleitoral em que Collor anunciou que iria “combater marajás”, a máquina pública e os servidores foram massacrados a partir daquele momento.

No que se refere ao processo de lutas para o retorno ao serviço público o grupo penalizado viu que precisava fazer alguma coisa para “reverter” aquela situação imposta perversamente com a penalidade de demissão e equivocadamente pelos dirigentes daquelas empresas que diante de uma prerrogativa de concessão, se aproveitaram para enxugar a máquina pública através de demissões imotivadas, arbitrárias e sem justa causa na Reforma Administrativa. Essa situação originou manifestações nas ruas e nesse foco eles se propuseram a todo custo tentar combater aquela política que estava envolvida em um emaranhado de corrupções e resgatar os seus empregos.

Através dessa luta é imperioso destacar que foi reconsiderado pelo Estado que houve “motivação política” que caçou cerca de 150 mil funcionários públicos durante o ex-governo de Fernando Collor de Mello, que por meio dessa reconsideração foi restaurado o vínculo empregatício dos trabalhadores atingidos até que veio a ser anulado por outro ato administrativo do Estado através dos decretos 1.498 e 1.499, ambos de 1995 pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, tendo em vista que esse assunto já tinha sido exaurido administrativamente conforme o art 2º do Decreto 1.344/94 em conjunto com o teor do § 1º do art 5º da Lei 8878/94 o qual apresenta caráter definitivo quando não houver recurso.

O ponto forte que marcou a volta desses profissionais para o serviço público é percebido em todos os relatos em que eles continuam se sentindo injustiçados, porque não houve uma isonomia salarial, voltaram no mesmo nível em que saíram, ou seja, foram readmitidos com matrículas novas como se fosse um novo emprego, não houve reparação alguma dos danos causados em virtude da demissão e aqueles que ficaram na empresa já estão em final de carreira ou aposentados.

Com relação ao sentimento de pertencer à Universidade ficou clara que os profissionais sujeitos de nossa pesquisa foram inseridos num universo diferentemente daqueles anteriores e, se percebe que não foram preparados para assumir uma nova função porque as suas identidades estão amarradas no passado. Em suas reminiscências, nunca se desligaram daquelas empresas, é nítido o sentimento de não pertencerem a essa nova situação, eles se denominam empregados de um governo que simplesmente foram colocados em outra instituição e não fazem o que faziam em suas empresas de origem. Muitos sabem que nunca mais será a mesma coisa, principalmente aqueles cuja empresa foi extinta.

Embora a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro tenha os acolhido, eles não se sentem inseridos na Instituição, uma vez que não fazem parte nos programas da Universidade tais como o Programa Nacional de Residência, os servidores da Instituição muitas vezes os tratam pejorativamente como “Anistiados”, como se eles não fossem servidores públicos, pelos relatos há uma forte discriminação com esse termo “anistiados”, “cedidos”, ora estão todos em um mesmo patamar, todos servem a um governo, sendo, portanto, em regimes diferentes, somente é isso que os diferenciam. Os Funcionários Públicos Federais são regidos pelo RGPS (Regime Geral de Previdência Social) e os Servidores Públicos Federais são regidos pelo RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), não havendo, no entanto, o porquê desse tratamento diferenciado.

Diante desses fatos pode-se concluir que esses profissionais não se sentem pertencentes ou representados na UFRRJ, pois a motivação dos colaboradores também é afetada pelas demissões mal planejadas, ou, um retorno também sem nenhum planejamento ou critério, como aconteceu com o grupo. Chiavenato (2000) abordou em sua obra a teoria motivacional de Maslow e segundo essa teoria as necessidades humanas estão organizadas e dispostas em níveis hierárquicos e esses níveis só podem ser superados quando o nível imediatamente abaixo estiver totalmente satisfeito. Conforme os níveis vão sendo superados a motivação vai aumentando. Os níveis são: necessidades fisiológicas, necessidades de segurança, necessidades sociais, necessidade de estima e necessidade de autorrealização. O segundo nível, a necessidade de segurança engloba a estabilidade no emprego, logo,

demissões e retornos mal planejados não podem proporcionar a sensação de segurança e decorrente disso o funcionário não consegue ficar motivado, pois está sempre com medo de não ser aceito e ter de começar tudo outra vez. Daí o sentimento de pertencimento não ocorrer com esse grupo.

A partir do momento em que esse grupo está inserido em uma Instituição Universitária enquanto espaço de socialização da cultura formadora de humanidades é pertinente falar da educação que tem como premissa oferecer condições de acesso e de ampliação da cidadania através das práticas educativas de estruturação dos conhecimentos socialmente acumulados pela humanidade. São práticas formadas no âmbito educacional, cuja função principal é construir e disseminar conhecimentos que permitam as pessoas se apoderarem de bens culturalmente históricos produzidos por uma sociedade, construindo a dinâmica de socialização de culturas.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que as instituições formadoras que contém como objetivos os processos civilizatórios de uma cultura em Direitos Humanos possuam capacidade para formar os sujeitos na perspectiva de se tornarem agentes de defesa e de proteção dos direitos humanos. Claro que nos referimos àquelas entidades que privilegiam os métodos educativos que objetivam a formação de cidadãos críticos e atuantes dentro de uma sociedade.

Referimo-nos obviamente àquele espaço formativo em que educar significa promover o diálogo, que não discrimina o outro, que tenha espírito de solidariedade, de respeito mútuo, de tolerância, e, especialmente os que produzam dentro desse contexto uma autonomia e emancipação dos sujeitos envolvidos.

O diálogo para Freire (2005) é essencial na prática educativa. Educar é dialogar com o mundo e entender a visão que temos dele juntamente com os alunos, sem imposições. Ter consciência de como atuar no mundo em função das finalidades a que se propõem educandos e educadores “ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com o mundo e com os outros” (FREIRE, 2005, p. 103). Dizer a palavra verdadeira não deve ser privilégio de alguns e sim um direito de todos, porque os homens nascem através do diálogo, sendo assim, o diálogo torna-se uma exigência existencial.

Freire (2014) argumenta que não há como responder pelo mundo sem se comprometer. A educação deve se constituir assim, como construção do homem em ser mais, despertado de suas ingenuidades e passividades, assumindo a condição de agente de sua própria história. Assim, parece fundamental, repensar os meios e vias da entrada e permanência desses

servidores na Instituição, construindo novos laços de pertencimento que favoreçam o serviço público e a população, objetivo final de toda a atividade em questão.

REFERÊNCIAS

Anistia dos demitidos no governo Collor- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Recursos Humanos – SRH. Comissão Especial Interministerial Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos>> Acesso em 02fev.2016.

BECKER, S. **Kant e a Formação Humana** p. 6. Disponível em: <<http://www.portalanpedsul.com.br>> Acesso em: 01nov.2014.

BELEI, R. A.; MATSUMOTO, P. H. V. R.; NASCIMENTO, E. N.; PASCOAL, S. R. G. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**. |FaE/PPGE/UFPel|Pelotas[30]: 187-199, janeiro/junho 2008. Disponível em: <www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo> Acesso em 21 nov. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988.

BRASIL. Lei nº 8878, de 11 de maio de 1994, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12.5.1994. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 28 nov.2014.

BRASIL. Decreto nº 1153, de 8 de junho de 1994, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 de junho de 1994. Disponível em:<<http://www.presrepublica.jusbrasil.com.br>> Acesso em 28 nov.2014.

BRASIL. Decreto nº 1498, de 24 de maio de 1995, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25.5.1995. Disponível em:<<http://www.presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao>> Acesso em 28 nov.2014.

BRASIL. Decreto nº 1499 de 24 de maio de 1995, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF,25.5.1995.Disponível em:<<http://www.presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao>> Acesso em 28 nov.2014.

BRASIL. Decreto nº 5115 de 24 de junho de 2004, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, - Seção 1 - 25/6/2004, Página 2 (Publicação Original). Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br>> Acesso em 28 nov.2014.

CARINHATO, P. H. Neoliberalismo, Reforma do Estado e Políticas Sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora** v. 2, n. 1 pp. 39-42, dezembro 2008. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas>> Acesso em 19 out.2014.

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. In: Tradução por Guy Reynaud. 2.ed., Rio, Paz e Terra, 1982, pp. 385-414.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 6 ed. Rio de Janeiro, 2000, Campus.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO v. 11 nº 2 em 5 e 6 de dezembro de 2002. Galvão, C. **Narrativas em Educação**. Instituto Politécnico de Viana do Castelo – Escola Superior de Educação, Ciência & Educação, 2005. Disponível:<<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v11n2/12>> Acesso em 24 nov.2014.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. 214 Educar, Curitiba n. 24 p. 213-225, 2004. Editora UFPR. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11>Acesso em 11 nov. 2015.

ESCOLA, J. – **Esboço de uma Pedagogia da Comunicação na era da Informação**. Disponível em: <www.ipfp.pt/cdrom/jescola.pdf> Acesso em 28 jan.2015.

FISCHER, R. M. B Foucault e a Análise do Discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa**. Rio Grande do Sul, n. 114, p. 197-233, novembro/2001. Disponível em: <www.scielo.br>Acesso em 26 out. 2015.

FREIRE, P. **A Pedagogia do Oprimido**, 17ª Ed. Rio de Janeiro, 1987, Paz e Terra.

FREIRE, P. – **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam** / Paulo Freire – São Paulo – Autores Associados – Cortez, 1989.

FREIRE, P. - **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FRIAS, Otávio. Bresser se reúne com servidores demitidos; ao lado, porta derrubada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 mar. 1995 Segundo Caderno, p. 2

GAZIR, Augusto. Demitidos da era Collor invadem sala de Bresser. **Correio Braziliense**. Rio de Janeiro. 02 set. 1993. p.2.

LAKATOS, M. A.; MARCONI, E. M. 2003. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas 2003.

LE GOFF, J. 1990. **História e memória** tradução LEITÃO, B. et al. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MEIHY, J. C. S. B.;HOLANDA, F. **História Oral: como fazer, como pensar** – 2. Ed.- São Paulo: Contexto, 2010.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 9 nº3 pp. 239-248, jul/set, 1993. Disponível:<<http://www.ptslideshare.net>> Acesso em 24 nov.2014.

MONTENEGRO, A. T. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2001.

Órgão Oficial da Coordenação Estadual dos Demitidos das Estatais e Serviço Público. **Jornal da Reintegração**. Rio de Janeiro, 05. Mai. 1993. Ano XX - Nº 6375 n. 3 p. 5 1994.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**. Projeto História. São Paulo: PUC n 10, pp.07-29, dezembro 1993. Disponível:<<http://www.pucsp.br/projetohistoria>> Acesso em 24 nov.2014.

OCTÁVIO, I. Globalização e Neoliberalismo. **Revista São Paulo em Perspectiva**. v.12, nº 2. 1998.pp. 27-32 Disponível:<<http://www.produtos.seade.gov.br>> Acesso em 25 out.2014.

PERRY, A. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; Gentili, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5 nº 10, 1992. pp. 200-212. Disponível:<<http://www.bibliotecadigital.fgv.br>> Acesso em 10 set.2014.

PRINS, G. A História Oral. In: BURKE, P. (org.). **A Escrita a história: novas perspectivas** tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. – pp. 163-198.

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI- Portal **UFRRJ**. Disponível em:<<http://www.ufrj.br>> Acesso em 19 out.2014.

Relatório de Gestão/2014 pp. 7-8-9 - 110-111. Disponível em: <<http://www.portalufrj.br>> Acesso em 03 abr. 2016.

RUDE, Jefferson. Pra Valer. **Correio Braziliense**. Brasília, 07 a 13 de nov. 1993.

SANTOS, M. **Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Editora Record, 2001.

SANTOS, S. M. Memória Coletiva e Teoria Social. In: ____. **Memória e História** São Paulo: Annablume, 2003. Cap. 1 pp.81-92.

SILVA, G. C.; SILVA, J. M. M da. Da Análise do Discurso à Apreciação das Práticas Discursivas: Possibilidades Metodológicas para a Pesquisa em Educação.

Revista do Difere– ISSN 2179 6505, v. 2, n. 3, ago/2012. Disponível em: <http://www.artificios.ufpa.br/artigos> Acesso em 16 nov. 2015.

SILVA, M.R.F.V. da. ; COSTA, M. L. da. **Narrativas e Pesquisa em Educação: Possibilidades Formativas e Investigativas** Disponível em: [http://www.ufpi.br/subsitesFile/ppged/artigos/files/VI encontro.2010](http://www.ufpi.br/subsitesFile/ppged/artigos/files/VI%20encontro.2010)> Acesso em: 01nov.2014.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DISTRITO FEDERAL - **SINDSEP**. Disponível em:<<http://www.sindsef-df>>Acesso em 20 out. 2014.

TONET, I. **Educação e Formação Humana** p.6 agosto, 2006. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br>> Acesso em 08 nov.2014.

TUCK, R. História do Pensamento Político. In: BURKE,P. (org.). **A Escrita a história: novas perspectivas** / tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. pp. 273-290.

VON SIMSON, O. R. M. de; GIGLIO, Z. G..**A arte de recriar o passado: história oral e velhice bem sucedida**. In: NERI, A. L. Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. SP: Editora Papyrus, 2002.

ANEXOS

ENTREVISTA ESTRUTURADA

a) Averiguação dos fatos:

- 1- Em que empresa você trabalha?
- 2- Em que ano foi admitido?
- 3- Quando saiu, em 1992, qual era o seu salário (aproximadamente, quantos salários-mínimos equivalia)?
- 4- Qual era o seu padrão de vida? (casa própria, família, viagens e etc.)
- 5- Em que ano foi readmitido?
- 6- Em que setor e função trabalha hoje

b) Determinação das opiniões sobre os fatos:

- 1- O que a demissão significou para você?
- 2- Como você avalia a sua vida profissional e pessoal hoje, em relação à reintegração na UFRRJ?
- 3- Como você enfrentou econômica e pessoalmente esse período do afastamento?

c) Determinação de sentimento:

- 1) Qual o maior prejuízo que você teve com a demissão?
- 2) Como se sentiu ao saber que poderia voltar?

3) Como se sente hoje nessa Instituição?

4) Está satisfeito?

d) Descoberta de planos de ação:

1) Como você se vê no futuro?

2) Quais as metas que você tem em seu trabalho atual?

QUESTIONÁRIO

1) Você se considera injustiçado em sua demissão?

SIM NÃO

2) Esperava ser reintegrado

SIM NÃO

3) Se pudesse classificar sua situação nesses vinte anos de afastamento, classificaria como:

UMA DERROTA UMA POSSIBILIDADE

4) Sua maior perda nesse período foi:

FINANCEIRA FAMILIAR PSICOLÓGICA

5) Seu comportamento nesse afastamento foi de:

AGRESSIVIDADE INDIFERENÇA BUSCA

MUDANÇA PARA MELHOR ABANDONO

6) No seu emprego do passado você era:

ATIVO COMPETENTE DESLIGADO

ACOMODADO ABANDONADO

7) Em sua atividade no retorno você se sente:

ATIVO COMPETENTE DESLIGADO

ACOMODADO ABANDONADO

8) No momento a sua maior expectativa é:

SER TREINADO PARA A NOVA FUNÇÃO

() SE APOSENTAR

() TER UMA FUNÇÃO ESCOLHIDA POR VOCÊ

9) Para fazer justiça com você, o que será ideal:

() SER RESSARCIDO FINANCEIRAMENTE POR ESSE PERÍODO

() SER CONTEMPLADO COM O REGIME JURÍDICO ÚNICO

() TER EQUIPARAÇÃO SALARIAL